

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA BILÍNGUE LIBRAS/PORTUGUÊS

JURACI BARBOSA DOS SANTOS

**INFLUÊNCIA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA  
MILITAR E A EDUCAÇÃO MILITARIZADA NA ATUALIDADE.**

APARECIDA DE GOIÂNIA

2022



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

### **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

#### **Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |                                                                      |                                                         |
|----------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Tese                                        | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |                                                         |

Nome Completo do Autor: Juraci Barbosa dos Santos

Matrícula: 20181090080299

Título do Trabalho: Influência Militar na Educação Brasileira: Uma análise comparativa entre a organização da Educação da ditadura militar e a Educação militarizada na atualidade.

#### **Autorização - Marque uma das opções**

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

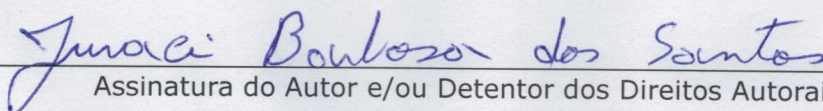
- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.  
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.  
☐ Outra justificativa: \_\_\_\_\_

#### **DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 16/03/2023.  
Local Data

  
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

JURACI BARBOSA DOS SANTOS

**INFLUÊNCIA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA  
MILITAR E A EDUCAÇÃO MILITARIZADA NA ATUALIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilingue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação.

Orientador: Prof. Dr. Danyllo Di Giorgio  
Martins da Mota

APARECIDA DE GOIÂNIA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S237 Santos, Juraci Barbosa dos  
Influência militar na educação brasileira: uma análise comparativa entre a organização da educação na ditadura militar e a educação militarizada na atualidade. / Juraci Barbosa dos Santos. - Aparecida de Goiânia, 2023. 64 f.

Orientador: Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia, Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2023.

1. Ditadura. 2. Educação. 3. Política educacional. I. Título.

CDD 370.9

Catalogação na publicação:  
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

## TERMO DE APROVAÇÃO

### NOME DO ESTUDANTE

JURACI BARBOSA DOS SANTOS

### TÍTULO DO TRABALHO

INFLUÊNCIA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR E A EDUCAÇÃO MILITARIZADA NA ATUALIDADE.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia Bilíngue e desenvolvido na linha de pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota .

**Aprovado em 03 de fevereiro de 2023.**

### BANCA EXAMINADORA:

*(assinado eletronicamente)*

Dr. Danyllo Di Giorgio Martins da Mota

(Presidente - orientador)

*(assinado eletronicamente)*

Raul Vitor Rodrigues Peixoto

(Membro Interno)

*(assinado eletronicamente)*

João Ferreira de Araújo Júnior

(Membro Interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- Joao Ferreira de Araujo Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/02/2023 09:30:14.
- Raul Vitor Rodrigues Peixoto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 06/02/2023 08:41:45.
- Danyllo di Giorgio Martins da Mota, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 03/02/2023 22:02:10.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 357588  
Código de Autenticação: 0bebc7eac3



**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755  
(62) 3507-5959 (ramal: 5959)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e pela saúde que me tem concedido até o presente momento, por ELE não ter olhado as minhas falhas e erros, mas sim tem me sustentado de pé diante das dificuldades e ter me dado forças para não desistir conseguindo chegar até o final deste trabalho.

Sou grato a toda a minha família pela atenção, colaboração, dedicação, entendimento e respeito em todo o período o qual estiver estudando para a conclusão deste curso principalmente no momento que realizava esta pesquisa, agradecimento em especial a minha amada esposa e filhos por terem ajudado e colaborado comigo, foi um incentivo sem igual e um motivo para seguir em frente.

Gratidão ao meu querido professor orientador por ter sido compreensivo, paciecoso e ter enfrentado essa luta junto comigo, sou a ele grato por ter compartilhado uma parte do seu conhecimento algo que levarei para a vida como expiração, agradeço por tudo que me proporcionou sem essa ajuda não seria possível esta realização.

Agradeço a todos os colegas que contribuíram para que conclusão deste curso se concretizasse, foram sem dúvida uma ancora que não deixasse que as ondas, me afastasse para longe do ponto desejado. Meu sincero muito obrigado.

## **RESUMO**

Este trabalho pretende analisar as relações entre o modelo de ensino na ditadura e o atual modelo de ensino, demonstrará um pequeno relato de como o processo educacional aconteceu no Brasil e como os nossos governantes viam a importância da educação do povo brasileiro, no período da ditadura sendo que naquela época o país vivia um considerável desenvolvimento na agricultura, no comércio e na indústria, vai demonstrar a educação durante o período que tivemos a Lei 5.692/1971 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, demonstrará o processo educacional, com a implementação e avanço das escolas cívico militares, como tem sido a atual proposta da educação militar. Assim analisaremos a LDB de 1971, a LDB de 1996 vigente até hoje e a portaria do MEC-1.071/2020 que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares-Pecim e por fim fará uma análise comparativa entre processo educacional durante a ditadura militar e processo educacional na educação militarizada a qual encontramos em funcionamento atualmente, com o propósito de demonstrar as aproximações e o distanciamento existente entre as propostas educativas entre esses dois períodos.

**Palavras chaves:** Ditadura, Educação, Política Educacional.



## **ABSTRACT**

*This work aims to analyze the relations between teaching models in Brazilian dictatorship era (1964-1985) and the actual model: "National program of civic Military High Schools". It will present a small report of how the educational process came to pass in Brazil under the watch of military government. In that time the country saw a considerable development in agriculture, commerce and industry. It will show the type of education along this period under the Law 5672/1971, ("Lei de Diretrizes e Bases"- LDB - Law for Guidelines and Bases) relating it with the nowadays educational process, with the implementation and advance of the civic-military high schools. Hence for word it will analyze the 1971 LDB and the 1996 LDB, this last one being the law until today, and the 1071/2020 Educational Ministry's Ordinance that regulates the National Program of Civic-Military High Schools in order to do a comparative review between the educational process in military dictatorship time and the current militarization ongoing now. The purpose is to demonstrate proximities and distances existing between these two periods and periods of time.*

**Key words:** dictatorship: education: educational politics.



## **LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS**

AI - Atos Institucionais

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CAQ - Custo Aluno Qualidade

CF - Constituição Federal

CFE - Conselho Federal de Educação

CPMG - Colégio Militares do Estado de Goiás

EC - Emenda Constitucional

ECIM – Escolas Cívico-Militares

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESG - Escola Superior de Guerra

EMC - Educação Moral e Cívica

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

JK - Juscelino Kubitchek

LDB - Lei das Diretrizes e Bases

MD - Ministério da Defesa

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento Brasileiro pela Alfabetização

OSPB - Organização Social Política Brasileira

PAR - Plano de Ações Articuladas

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PPP - Projeto Político Pedagógico

RU – Reforma Universitária

SNI - Nacional de Informação

UEA - Estados Unidos da América

UDN - União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                           |               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                                    | <b>10</b>     |
| <br><b>CAPÍTULO I: UM HISTÓRICO POLÍTICO E EDUCACIONAL DO BRASIL ATÉ A<br/>DECADA DE 1960.....</b>                                                        | <br><b>13</b> |
| 1.1. A Educação brasileira: da primeira república à Ditadura Militar.....                                                                                 | 13            |
| 1.2. Um histórico das origens da Ditadura Militar.....                                                                                                    | 20            |
| <br><b>CAPÍTULO II: ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR.....</b>                                                                                    | <br><b>26</b> |
| 2.1. Sobre as características da Educação na Ditadura Militar.....                                                                                        | 26            |
| 2.2. A LDB de 1971.....                                                                                                                                   | 34            |
| <br><b>CAPÍTULO III: A EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DA LDB<br/>DE 1996 E A PERMANÊNCIA DE ELEMENTOS DA DITADURA MILITAR.....</b>           | <br><b>43</b> |
| 3.1. Breve análise da Constituição e da LDB.....                                                                                                          | 43            |
| 3.2. Análise do PPP do Colégio Militar e da Resolução do MEC de 2020 para pensar<br>a permanência de elementos da Ditadura Militar na Educação atual..... | 48            |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                                      | <br><b>58</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                                                | <br><b>61</b> |

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado terá como propósito analisar as influências do modelo educacional militar na Educação brasileira, fazer uma análise comparada entre o modelo educacional no período da Ditadura Militar (1964 -1985) e a educação militarizada na atualidade tomando como exemplo as escolas cívico-militares. Para estabelecer tal comparação analisaremos aspectos da Lei das Diretrizes e Bases-LDB de 1971 e os documentos referentes à implementação do modelo de escolas cívico-militares a partir do ano de 2019.

Este trabalho propõe uma análise comparativa entre as propostas educacionais presentes na Ditadura Militar e na atualidade a partir dos elementos que caracterizam os respectivos processos de militarização que caracterizaram cada contexto. Tais elementos podem ser encontrados na Lei 5.692/1971 e na portaria MEC 1.071/2020. Por meio da análise da legislação, buscamos elementos que estabeleçam aproximações e distanciamentos entre as propostas para o Segundo Grau e o Ensino Médio, respectivamente. Recorremos à Lei 5.692/1971 para analisar os elementos que caracterizam as propostas para a Educação implementadas durante a Ditadura Militar (1964-1985). A referida lei “fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus” (BRASIL, 1971) apresentando aspectos pautados pelas orientações políticas do regime militar (1964 – 1985).

A escolha desse tema foi devido à grande importância que o campo educacional traz para o futuro do povo brasileiro, por reconhecer que é por meio da educação que conseguimos transformação na sociedade para a própria sociedade em geral e cabe a nós buscarmos e lutarmos por isso. Identificamos que a proposta educacional oferecida pelos governantes deve ser analisada para não ficarmos dominados por uma educação mecanizada ditada por parte de uma determinada classe social que só possui interesse próprios não oferecendo oportunidade de igualdade aos pertencentes das demais classes. Através desse trabalho podemos trazer contribuições na demonstração de uma progressão a qual já alcançamos na educação, que precisamos manter essa evolução e ainda temos a necessidade de

procurar melhorar cada vez mais a proposta do modelo educacional e não passar por uma regressão.

Dessa forma, buscaremos identificar estes elementos como características de um projeto militar para a educação nacional desenvolvido naquele período. De forma semelhante, vivemos atualmente um processo de fortalecimento de discursos e práticas pautadas pela perspectiva de militarização na Educação. Ainda que de forma pontual e com a resistência de grande parte da comunidade ligada ao trabalho pedagógico, temos exemplos nítidos da busca de implementação de modelos a partir da influência militar. Isso ocorre por meio da Portaria MEC 1.071/2020 que “Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares – ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito Federal” (MEC, 2020).

Tendo como objeto de estudo a LDB de 1971, chegamos a essa temática observando os avanços e os retrocessos que temos vivenciados no processo educacional em nosso país. Assim, recorreremos a documentos que regulamentaram a Educação no Brasil e trazem consigo esses traços educacionais. Verificaremos se a Constituição vigente em 1971 trazia consigo que o ensino público igualmente gratuito para todos, se o acesso ao nível médio e superior não diferenciava a população entre si, observaremos a importância da Lei 5.692 de 1971. LDB de 1971, se ela fixou mudanças, como essas mudanças resolveriam alguns problemas da educação e seria o acesso de alunos ao ensino de Segundo Grau e até mesmo poder dar seguimento a sua jornada educacional.

É importante analisarmos esse momento vivenciado na atualidade pois ao observamos com cuidado os documentos mencionados vemos que o modelo educacional da Ditadura Militar, baseado em uma perspectiva tecnicista e uma visão conservadora e moralista da sociedade, tem sido reforçada no momento atual. Essa perspectiva se contrapõe às ideias defendidas pelas teorias educacionais pautadas pela noção da Educação como possibilidade de libertação e ampliação dos horizontes da população, tais como a Escola Nova, que ganhara força no Brasil a partir da década de 1930. Dessa forma, discutiremos neste trabalho os elementos que, transvertidos pelo conservadorismo das noções de civismo e moralidade, podem representar retrocessos no campo educacional ao estabelecerem limites para a noção da

Educação como direito e como instrumento de liberdade presente na legislação brasileira.

Neste sentido, o nosso trabalho se encontra organizado da seguinte forma: No primeiro capítulo discutimos um histórico da política educacional no Brasil adotada em décadas anterior até década de 1960, recorreremos a constituição de 1937 e a constituição de 1961 para conhecermos e entendermos as mudanças realizadas durante esse período. Para isso recorreremos aos autores como Ghiraldelli Jr (2009), Rodrigues (2012), Saviani (2010), Zapparoli (2005) e aos conceitos de conhecer lutas históricas em busca por mudanças quantitativas e qualitativas no modelo educacional ofertado pelos governantes do nosso país, como essa oferta poderia se torna cada vez mais progressiva a favor da educação em ambos os sentidos.

No segundo capítulo falamos de elementos da educação na Ditadura Militar, das características que tiveram os movimentos educacionais durante os anos de 1964 até 1985 e das reformas realizadas durante o mandato dos governos ditatoriais que tentava por meio do sistema educacional reforçar o apoio a forma de governo sempre bem organizado minimizando oposições, no decorrer do capítulo recorreremos a Lei 5.692 de 1971, LDB de 1971 a qual trouxe várias mudanças significativas na estrutura de ensino da época, isso será confirmado por meio de autores que dialogam com o assunto, Beluzo e Toniosso (2015), Martins (2009), Paulino (2006), Rodrigues (2012), observado o crescimento populacional, as consideráveis modificações tecnológicas e a inserção de o acesso da população ao Segundo Grau e a universidade.

No terceiro capítulo apontamos o modelo educacional oferecido atualmente de acordo com a constituição de 1988 e a Lei 9.394 de 1996, LDB de 1996 vigente até o momento e analisaremos a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares- Pecim foi lançado em 5 de setembro de 2019, através de uma parceria entre o MEC com o Ministério da Defesa (MD) como estabelecido no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 e regulamentado em 2020.

# **CAPÍTULO I:**

## **UM HISTÓRICO POLÍTICO E EDUCACIONAL DO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1960**

### **1.1. A Educação brasileira: da primeira república à Ditadura Militar.**

O período entre 1889 e 1930 é chamado de Primeira República. Este tem início com o declínio da monarquia no Brasil e a implementação do modelo republicano de governo. A derrubada do império ocorreu com o apoio de grande parte da elite política e econômica que buscavam, em uma nova forma de governo, um maior acesso aos espaços de poder. Símbolo do elitismo da República é o fato de que naquela época nem toda a população maior de idade tinha direito a votar. Um dos grupos afastados deste direito eram os analfabetos. Outra característica era a instauração do voto ser aberto, não ser secreto, que assim estabelecia o controle dos mais ricos sobre as decisões dos mais pobres por meio de suas escolhas. Esse período foi marcado pelas crises econômicas e pela pouca participação popular, principalmente dos mais pobres nas decisões políticas. Com destaque principalmente para os mais pobres. Assim ocorria a chegada da República no Brasil, com uma limitada participação popular na vida política, com destaque para as classes urbanas, e o afastamento da maior parte da população brasileira de decisões que a atingia diretamente.

O Brasil tinha grandes problemas a enfrentar naquele momento, sendo a Educação um campo onde tais problemas eram numerosos. Diante de tais problemas destacam-se o analfabetismo da maior parte da população, a necessidade de fazer com que o Estado se responsabilizasse pela escola básica e a inclusão da população em um mundo que apresentava novas demandas nos campos sociais, econômica e política. Inspirada na constituição dos Estados Unidos da América, no Brasil implementou-se uma legislação para a ordem social que requeria o papel de destaque da Educação. O país naquele momento precisava de investimento na educação que, ao longo da Primeira República, se expressaram por meio de dois movimentos que se tornaram marcas do período: O Entusiasmo pela Educação e o Otimismo Pedagógico (ZAPPAROLI, 2005). O Entusiasmo pela Educação, já

identificado logo após a proclamação da república, apresentava a necessidade de mudanças quantitativas na educação. Cobravam mais escola e mais pessoas estudando, sendo a diminuição do analfabetismo no Brasil caminho necessário para o país progredir e se tornar uma nação civilizada. Dessa forma, o processo de aprendizado poderia diminuir o distanciamento entre o povo, que era a grande massa populacional e a elite.

Segundo estudos realizados por Zapparoli, apresentados em 2005,

No entusiasmo pela educação é olhado como uma forma de resolver problemas de massa, como o emprego, a política, a reforma agrária. A escola é vista pelos republicanos como a porta de entrada para a solução dos problemas, (Zapparoli, 2005, pg. 04).

Alem disso o entusiasmo pela educação tinha uma característica importante que era atribuir a educação como o maior dos problemas nacionais. E da solução deste problema adviria os resultados de todos os outros, (ZAPPAROLI, 2005).

Com o prosseguimento desse movimento logo depois do entusiasmo pela educação veio o Otimismo Pedagógico que se preocupava com mudanças na qualidade do ensino, tanto para reorganizar as escolas em seu meio interno transformando o modo de ensino como também com novas metodologias e com a preocupação em formar um currículo melhor.

Assim o entusiasmo pela educação apresenta uma ampliação das perspectivas indicadas no otimismo pedagógico. Segundo Zapparoli, “O “otimismo pedagógico” manteria, do “entusiasmo”, a crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da “nova” pedagogia na formação do homem novo, (Zapparoli, 2005, p.05).

A Primeira República foi um período de modernização no Brasil. Frente a isso a República adequou elementos da educação brasileira a essa nova realidade a partir de demandas e da visão de mundo da elite econômica. O ensino seria dividido em ensino primário e secundário. Essa divisão passa por inúmeras alterações ao longo da Primeira República. Após a instituição da reforma Benjamin Constant (1890)



que estabelecia o Ginásio Nacional como modelo a ser adotado em todo o país como meio para a certificação da conclusão do ensino secundário, as formas de ingresso, de organização de ensino e de reconhecimento da conclusão passaram por mudanças nas reformas Eptácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), e Carlos Maximiano (1915), Abreu (2010). Dentre as inúmeras mudanças, reforçava-se o elitismo expresso na limitação do acesso ao ensino superior como elemento de formação das elites. Sendo assim a escola não era para todos. Havia uma exclusão estrutural e social.

Mas como foi dito, o Brasil estava se modernizando, se industrializando e pensando nisso seria interessante para as classes dominantes a educação técnica, educação primária e profissionalizante para os adultos jovens se prepararem para o mercado de trabalho. Então com olhar para esse desenvolvimento, seria interessante e necessário a oferta da escola primária a todas as classes sociais. De acordo com Zapparoli para o autor Jorge Nangle naquela época:

a sociedade brasileira estava dividida em setores políticos, econômicos e sociais que dificultavam a visualização com compunha a sociedade brasileira, mas permitia identificar a trajetória de forma a entender melhor. (Zapparoli, 2005, p.02).

Quase todos os setores discutiam a modernização o que para eles significava refazer o estado. Para a iniciativa privada, as indústrias, o objetivo seria a classe operária. Então a escola pública, laica e universal para todos estava voltado para a educação primária, a escola secundária e o ensino superior ficavam a cargo do Estado, mas sem a obrigatoriedade de acesso universal.

Por meio de diversas correntes teórico-práticas surgiram novas ideias para o desenvolvimento da educação que vinha sendo desenvolvido em nosso país. O chamado movimento da Escola Nova no Brasil, com a presença de nomes que se tornaria referência <sup>1</sup>, para o campo educacional brasileiro. Estes movimentos

---

<sup>1</sup> Tanto autores nacionais como: Afrânio Peixoto, Antônio Ferreira de Almeida, Junior, Anísio Teixeira, Armanda Alvaro Alberto, Atilio Vivaqua, Cecília Meireles, Edgar Süsskind de Mendonça, Everardo Backheuser, Fernando de Azevedo, Francisco Venâncio Filho, Jônatas Serrano, Lourenço Filho, Mario Casassanta, Roquete-Pinto, Sampaio Dória, além das suas motivações esse grupo se inspiravam também em ideias de autores já conhecidos em outros países, como por exemplo da Europa e EUA como: Claparède, Binet, Simon, Decroly, Ferrière, Montessori, Durkheim, Kerschenstein, Dewey, Kilpatrick, Wallon, Piéron, Thorndike.

propunham mudanças, que previa a reforma da educação e também dos seus métodos pedagógicos no sentido de fazer uma reorganização total no aparelho escolar focando em uma pedagogia social. Foi um movimento que se apoiava numa ideia de que a educação deveria estar ao acesso de todos de forma obrigatória, única e gratuita, deixando de ser uma educação mecanizada, tecnicista, mas pensada sob uma perspectiva progressista para o povo e que contemplasse todas as classes sociais de modo igualitário. Uma das características fundamentais trazidas no documento do Manifesto do Pioneiro da Educação (1932) elaborado por um grupo de educadores que era liderado por Fernando de Azevedo, era a defesa de que: “A educação deve ser um direito de todos, de acordo com suas necessidades, aptidões e aspirações, dentro do princípio democrático da igualdade de oportunidades para todos”. ( LEMME, 2005, p.172).

A Igreja Católica permanecia como uma instituição de forte influência sobre a Educação brasileira. As reformas implementadas em alguns Estados durante a década de 1920 e as ideias defendidas pelo movimento da Escola Nova (1932) como a defesa da laicidade da escola, levaram os intelectuais ligados à Igreja a manifestarem suas discordâncias e críticas a essas ideias e à mobilização de uma resistência ativa contra tais inovações. No âmbito educacional, a Igreja organizou-se expressando ativamente com uma resistência articulada em dois pontos de vista: por um lado ela precisava impor pressão para restabelecer o ensino religioso nas escolas públicas e, por outro lado, também havia a necessidade de produzir livros, artigos em revista e jornais como também produzir livros didáticos que seriam usados nas próprias escolas. Como relatado por Dermeval Saviani 2010,

No período republicano a igreja participou de todo o processo político, mas firmou as suas estratégias de resistência ativa com mais força a partir da de 1920, já no ano seguinte em 1921 fundou a revista A Ordem que passou a ser a principal forma de difusão do posicionamento da igreja, em 1922 criou o Centro Dom Vital e no mesmo ano fundou a confederação católica que posteriormente passou a ser a Ação Católica brasileira (SAVIANI, 2010, p.180).

Ainda de acordo com o exposto por Saviani 2010,

Em 1928 ocorreu nas diversas unidades da federação que as Associações dos Professores Católicos se uniram a Confederação Católica Brasileira de educação ganhando mais força organizativa, conseguiram então constituir um núcleo pedagógico voltado para os seus ideais afim de resistir ainda mais os avanços das novas ideias que viessem a prejudicar o posicionamento da igreja e sendo herdeiro de ideias liberais laica, hegemónica em 1930 passou a luta palmo a palmo nos movimentos renovadores. (SAVIANI, 2010, p. 181).

Numa época em que se tinha uma minoria letrada, nem todos da classe dominante sabiam ler e escrever, era raro os pobres que acessar a escola para além do nível primário. Já os membros eclesiásticos pertencentes a igreja católica, eram letrados, sabiam ler e escrever, liam obras clássicas, liam e até traduziam além de selecionar as obras a serem trabalhadas nas escolas. Assim a Igreja Católica se tornou muito influente no período republicano. O conhecimento das letras colaborava para que a igreja tivesse um maior domínio no campo intelectual, marcando presença na vida das famílias. A educação era um meio para atingir um objetivo de domínio sobre alguns aspectos sobretudo a influencia religiosa.

Quando Getúlio Vargas (1883-1954) se tornou presidente da república por meio da revolução de 1930<sup>2</sup>, mantendo-se no poder por meio da eleição indireta na Assembleia Constituinte de 1934, a Educação se torna instrumento político do governo, passando por uma série de mudanças ao longo das décadas de 1930 e 1940. Em 1937, com o golpe do Estado Novo e a instituição de uma nova Constituição, já se encontram apontadas as propostas educacionais que se concretizam por meio das Leis Orgânica do Ensino, publicadas entre 1942 e 1946.

Então a Carta Magna de 1937 passou a ser a Lei maior e inverteu alguns trechos da tendência democrática da constituição de 1934 e o Estado em parte abriu mão de se responsabilizar pela educação publica, o direito alcançado anteriormente.

---

<sup>2</sup> Foi um movimento histórico que resultou num acontecimento que deu fim à República Velha dando início a chamada Era Vargas, esse movimento durou até 1945. "é considerada o acontecimento da história do período republicano brasileiro que além de por fim à chamada República Velha ele também deu fim às articulações políticas entre as oligarquias regionais do Brasil, que sobrepunham os seus interesses particulares aos interesses do Estado e da Nação como um todo." ( Seawright, 2022).

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular. (BRASIL, 1937, Art. 125).

Completando os indícios em que o Estado fugia de se responsabilizar pelo ensino publico, o artigo 132 da constituição segue dizendo que

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas; e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação, (BRASIL, 1937, Art. 132).

Abrindo assim um espaço para a educação particular e ao invés da constituição tornar garantia a educação como direito de todos e dever dos órgãos públicos desobrigou o Estado de manter o ensino publico colocando a responsabilidade para as indústrias e sindicatos.

É dever das indústrias e dos sindicatos económicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público, (BRASIL, 1937, Art. 129).

Desta maneira o Estado Novo não deveria gastar o seu recurso provindo de impostos com a educação publica e deixou o parecer que os mais ricos deveriam financiar a educação dos mais pobres através de um sistema de caixa escola. O Estado não tinha interesse em ofertar a população educação publica gratuita. Sendo assim os ricos poderia usufruir os seus estudos no sistema publico ou particular e aos pobres somente restava a educação profissionalizante como meio de manter um grau de educação mais elevado e ainda considerando como uma boa vontade dos ricos.

A Reforma de Capanema, decretadas em 1942, como ficaram conhecidas as Leis Orgânicas da Educação, se concretizou por meio de seis decretos-leis que organizaram o ensino em: Ensino Primário, Secundário, Industrial, Comercial, Normal e Agrícola. O Ensino Primário por sua vez em fundamental 4 anos, complementar 2 anos; O Secundário ginásio 4 anos, colegial 3; O Industrial 1º ciclo 4 anos, 2º ciclo ensino técnico pedagógico; O Comercial ensino de comércio 4 anos, ensino técnico de comércio 3 anos; O Normal 1º ciclo 4 anos, 2º ciclo 3 anos e Agrícola inclusão a agricultura 4 anos, curso agrícola pedagógico 3 anos. Segundo Ghiraldelli Jr 2009, “as leis orgânicas foi uma reforma elitista conservadora mais que não incorporou todo o espírito da carta de 1937”. Para Ghiraldelli Jr, as leis orgânicas tiveram um papel fundamental no processo de educação formal em nosso país e quase que um contraponto ao modo autoritário e privatista da carta de 1937.

A década de 1950 foi um período fértil nos debates acerca da Educação no Brasil. Alguns educadores que obtiveram algumas realizações como no caso de Anísio Teixeira, Fernando Azevedo entre outros autores que colaboram com o movimento. Neste sentido, percebemos a permanência de lutas já presentes na década de 1930, expressas pelo manifesto dos pioneiros da educação de 1932, e que permaneciam como tema dos debates públicos.

Como forma de modificar, trazer avanços para o campo educacional e fazer uma melhor organização contemplando a todos, surge a lei 4.024/61, LDB de 1961, a qual foi proposta pelo então Ministro da Educação Clemente Mariani Bittencourt, como o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que após longo período de tramitação se tornou a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira. Esta tinha como intuito oferecer uma educação igualitária como direito de todos. Já em seu artigo 2º a LDB diz que Artigo. “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola”. Logo mais adiante ela assegura o direito a educação.

O direito à educação é assegurado

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos. (BRASIL 1961, ART.3º).

O Brasil passava por grandes transformações e junto a isso veio o processo que integrava influências culturais dos Estados Unidos da América (UEA). Dentro das disputas características da Guerra Fria, travada entre Estados Unidos e União Soviética, as influências americanas, se propagou em vários campos da Sociedade brasileira, inclusive na Educação. Contudo, a maior marca deste processo foi a tomada do poder pelos militares que reforçaria tal processo.

O golpe militar que durou de 1964 a 1985 tem suas raízes dentro do contexto do complexo processo de organização pós-segunda grande Guerra mundial e que recebeu a influência de uma das super potências mundiais (Estados Unidos) durante o período da Guerra Fria. (RODRIGUES, 2012 p. 4).

As mudanças políticas e econômicas, tanto no cenário internacional quanto no nacional, com a eclosão do golpe militar e a implantação da Ditadura, impuseram inúmeras marcas à Educação brasileira, tendo em vista que a educação seria um meio pelo qual os donos do poder poderiam manipular e direcionar o conhecimento e os caminhos ideológicos há serem trilhado pela população.

## **1.2. Um histórico das origens da Ditadura Militar.**

Os governantes do país antes do golpe militar possuíam uma visão voltada para o desenvolvimento capitalista, uma visão em que os ricos sempre permanecessem no trabalho de administração, na parte intelectual e não tinha nenhum interesse que surgissem críticos sociais entre os pobres. Na constituição de 1946 a Educação é um direito a ser garantido no lar e na escola. O ensino primário sendo obrigatório a todos e as empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalhassem mais de 100 pessoas eram obrigadas a manter o ensino primário dos servidores e de seus filhos Artig-168 § III da constituição 1946.

Historicamente o Brasil vivia um momento de desenvolvimento nos anos que precederam à Ditadura Militar, trazendo um destaque para a forma de governo de

Getúlio Vargas<sup>3</sup> e também para o governo de Juscelino Kubitschek<sup>4</sup>. Mais isso não aconteceu com tanta ênfase em 1961 com o governo de João Goulart<sup>5</sup>, ficando o seu mandato marcado por interferência e instabilidade. As forças que eram oposicionistas não lhe davam trégua, e os 3 anos de governo de João Goulart antes do golpe militar foi marcado por crise pelas ações de seus adversários políticos. Manifestações sociais que antes eram mal vistas e mal absorvidas pelo processo político cresceram e ganharam maior densidade e capacidade de pressão em seu governo.

A constituição de 1946 tinha como papel fortalecer os princípios democráticos e deixar para trás a constituição autoritária do Estado Novo, escrita por Francisco Campos a sua estrutura fortaleceu os princípios republicano federativo. João Goulart mantinha com firmeza o seu governo no sentido de efetivar uma democracia social no Brasil. Este fato fez que vários setores como a União Democrática Nacional (UDN), setores das Forças Armadas, a Igreja Católica conservadora, proprietários rurais, grande parte dos empresários nacionais e até mesmo investidores internacionais se agrupassem contra ele e seu governo. Isso que culminou em um golpe que o destituiu como presidente.

Jango em seu governo promovia a reforma agrária e estava aumentando o direito do trabalhador, o povo estava pensando que ele iria fazer uma reforma comunista e transformar o Brasil em Cuba. Essa visão era influenciada pelas disputas características da Guerra fria e fomentou o temor à ameaça comunista em parte da

---

<sup>3</sup> Getúlio Dornelles Vargas, nasceu em 9/04/1882 e faleceu em 24/08/1954. Em sua vida pública: Foi advogado e político brasileiro; Prestou serviço militar de 1898-1903; Foi deputado Estadual pelo Rio grande do Sul por dois mandatos: 1º 1909-1913 e o 2º 1917-1923; Foi deputado Federal pelo Rio grande do Sul 1923-1926; Foi Ministro da Fazenda do Brasil 1926-1927; Foi o 13º Presidente do Rio grande do Sul 1928-1930; Em seu 1º mandato como presidente do Brasil ficou 15 anos no poder 1930-1945 sendo o 14º presidente a governar o Brasil; Foi Senador pelo Rio grande do Sul 1946-1951; Em seu segundo mandato como presidente governou por 3 anos e 7 meses 1951-1954 como o 17º Presidente do Brasil. ( Getulio Vargas (fgv.br) ).

<sup>4</sup> Juscelino Kubitschek de Oliveira, nasceu em 12/09/1902 e faleceu em 22/08/1976. Em sua vida pública: Ocupou-se sendo o 23º prefeito de Belo Horizonte 1940-1945; Deputado Federal por Minas Gerais por dois mandatos: 1º 1935-1937 e o 2º 1946-1951; Foi o 24º Governador por Minas Gerais 1951-1955; Ficou na presidência por 4 anos 1956-1961 se tornando o 21º Presidente do Brasil e foi Senador por Goiás 1961-1964. ( Juscelino Kubitschek | JK CPDOC (fgv.br) ).

<sup>5</sup> João Belchior Marques Goulart, nasceu em 01/03/1919 e faleceu em 06/12/1976. Em sua vida pública: Ocupou-se como deputado Estadual pelo Rio grande do Sul 1947-1951; Foi Secretário de Estado do Interior e Justiça do Rio grande do Sul; Foi Presidente Nacional do PTB 1952-1965; Foi Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil; Foi deputado Federal pelo Rio grande do Sul por três mandatos: 1º 1951-1951, o 2º 1952-1953 e o 3º 1954-1955; Foi vice presidente do Brasil 1956-1961 e foi o 24º Presidente do Brasil 1961-1964. ( JOAO BELCHIOR MARQUES GOULART | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) ).

população. Dessa forma, os militares perceberam que teriam o apoio de uma boa parte da população tornando possível a tomada do poder. Em “31 de março de 1964, o general Mourão saiu de Juiz de Fora com suas tropas militares rumo ao Rio de Janeiro, dando início ao golpe contra o governo de João Goulart, à revelia, portanto, da ordem constitucional.”, (CHUEIRI e CÂMARA, 2015 p. 262). Assim os militares com algumas tropas tomaram o poder do governo brasileiros sem que houvesse a oposição por parte do presidente, pois os militares tinham o apoio do EUA. Existia o temor de que se o governo brasileiro se manifestasse contra o movimento realizado por esses militares, o EUA poderia enviar o seu exército e assim surgir uma guerra civil. O governo se viu pressionado e preferiu não se opor e assim poupar a vida das pessoas brasileiras não reagindo.

Ninguém sabia ao certo o que iria surgir após o golpe. Muitos pensavam que os militares iriam tirar o governo do poder e restaurar a democracia, o que não veio a acontecer após o golpe. A Ditadura Militar teve início em 1964 e só acabou em 1985. Os militares governaram o País debaixo de censura, tortura e atos institucionais com uma justificativa de conter o comunismo. A ditadura foi uma época de muito autoritarismo na nossa história e possuía uma característica de controle da informação e de conhecimento como forma de justificar uma dominação autoritária. Para isso afirmava-se ter como objetivo erradicar o foco de resistência ao governo e a propagação dos comunistas. Foi durante a ditadura que matérias como filosofia e a sociologia foram tiradas do currículo para assim evitar o surgimento de pensamento crítico.

Como a ditadura teve seu início com a deposição do presidente João Goulart, que fazia uma forma de governo a qual deixava insatisfeita parte da população, empregadores, empresários, pessoas que faziam parte da alta sociedade, as quais apoiaram o golpe militar, logo após o golpe ser instaurado em 31 de março de 1964, “ainda em 1 de abril de 1964, o Presidente João Goulart voou para Brasília e de lá para Porto Alegre e, nesse ínterim, o Presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vaga a presidência da república.” (CHUEIRI e CÂMARA, 2015 p. 262)



Quem primeiro comandou o país com a vacância do presidente Jango do cargo foi o então Presidente da Câmara Ranieri Mazzilli<sup>6</sup>. Este, já iniciando o comando pelos militares e instituiu o Ato Institucional número 1 (AI-1) que reforçava o poder do executivo, colocava as eleições indireta para presidente e cassava mandatos. Assim políticos e professores que não apoiavam o golpe militar perderam os seus cargos durante a ditadura. Segundo Chueiri e Câmara, o AI-1 foi editado pelo Comando Supremo da Revolução, o qual correspondia aos ministros militares.

atos institucionais diz respeito aos atores que os editaram. O AI-1 foi editado pelo automeado Comando Supremo da Revolução, o qual correspondia aos ministros militares – auto investidos no cargo – da Aeronáutica Francisco de Assis Correia de Melo; da Marinha, Augusto Hamann Rademaker; e da Guerra, Arthur da Costa e Silva. ( Chueiri e Câmara, 2015 p. 266)

Durante a ditadura houve vários AI e já o AI1 criou o serviço Nacional de Informação SNI que espionava, via o que as pessoas estavam fazendo e assim reduzir a oposição ao regime instaurado pelos militares.

O primeiro presidente militar a assumir de verdade o poder após a implantação da ditadura foi o general Castelo Branco<sup>7</sup> este por sua vez decretou os AI do 2 ao 4. O AI-2 que colocou 2 partidos políticos no Brasil: o Aliança Renovadora Nacional-ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro-MDB. O ARENA era o partido de apoios aos militares e o MDB o partido que fazia oposição. Mas a ideia era que o MDB não deveria representar uma grande ameaça aos militares, devendo fazer uma oposição controlada. Depois veio então o AI-3 que colocou as eleições indireta para

---

<sup>6</sup> Pascoal Ranieri Mazzilli, nascido em 27/04/1910, faleceu em 21/04/1975. Ocupou sua vida pública sendo deputado Federal por São Paulo 1951-1967; Foi o 25º presidente da Camerados deputados do Brasil 1958-1965; Foi o 23º Vice presidente do Brasil 1961-1961 e foi Presidente da Repuclica do Brasil por 13 dias, 1964-1964 após a deposição de João Goulart até a posse de Castelo Branco. ( PASCOAL RANIERI MAZZILLI | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br).

<sup>7</sup> Humberto de Alencar Castello Branco, nascido em 20/09/1897, faleceu em 18/07/1967. Na sua vida pública foi o 24º comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-ECEME 1954-1956; Foi o 33º Chefe do Estado-Maior do Exército 1963-1964 e foi 26º Presidente do Brasil, governando por 3 anos 1964-1967. ( HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br).

governador e o AI-4 que convocou uma assembleia constituída para criar uma nova Lei, um projeto de uma nova constituição para o Brasil.

Art.1º - É convocado o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967.

§ 1º - O objeto da convocação extraordinária é a discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República.

§ 2º - O Congresso Nacional também deliberará sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Presidente da República e sobre os projetos encaminhados pelo Poder Executivo na última sessão legislativa ordinária, obedecendo estes à tramitação solicitada nas respectivas mensagens.

§ 3º - O Senado Federal, no período da convocação extraordinária, praticará os atos de sua competência privativa na forma da Constituição e das Leis. (BRASIL, 1966).

O Brasil passava por uma grande crise econômica no momento em que ocorreu o golpe militar, então o presidente Castelo Branco começou a implantar medidas econômicas para tentar melhorar a situação do país. Medidas estas que o povo brasileiro não aceitou muito bem como corte de gastos, aumento de impostos e o arrocho salarial. Com o arrocho salarial o crescimento do salário não acompanhava o crescimento da inflação as coisas aumentavam o seu valor mais o salário não crescia junto. Essa medida permitiu o aumento da economia brasileira, mas não era muito boa para a população.

O segundo presidente ditatorial foi outro militar chamado Arthur Costa e Silva<sup>8</sup>, este durante o seu governo enfrentou o aumento da oposição à ditadura. Os estudantes foram para as ruas fazer protestos. Houve também protestos por parte de políticos. Houve uma união entre JK, Jango e o deputado Carlos Lacerda que fazia parte de uma oposição institucional. Houve também muitos movimentos artísticos contra a ditadura. Artistas como Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, entre

---

<sup>8</sup> Artur da Costa e Silva, Nascido em em 03/10/1899, faleceu em 17/12/1969. Em sua vida pública ocupou o cargo de Ministro de Minas e Energia do Brasil por 13 dias 1964-1964; Foi Ministro da Guerra do Brasil 1964-1966 ; Foi o 27º Presidente do Brasil, governou o Brasil por dois anos 1967-1968. ( ARTUR DA COSTA E SILVA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) ).

outros, expressavam a sua não concordância com a ditadura através da sua arte. Costa e Silva decretou os Atos Institucionais do 5 ao 11. O AI-5, foi baixado em 13 de dezembro de 1968, sendo o golpe mais certo e cruel do regime militar.

Foi então a ordem mais violenta produzida e imposta pela ditadura. Com o AI5 aumentou ainda mais o poder do executivo e abaixou o poder do judiciário. Então o judiciário não mais podia se opor ao AI. Ele também tirava a liberdade de expressão, fez com que o governo pudesse fazer censuras, controlar o que as pessoas podiam dizer, controlava o conteúdo que os professores podiam ensinar nas escolas, tirou o direito de uma pessoa responder há um processo em liberdade. Assim as pessoas podiam ser presas facilmente por qualquer motivo. Desta maneira os opositores à ditadura podiam ser presos, sequestrados, torturados tudo dentro da lei. O controle à oposição democrática ficou mais fechado, aumentou-se a oposição aos artistas. As pessoas não poderiam mais se opor por meios legais, por meio da sua arte, por meio de seus textos escritos não podiam tentar se eleger e usar dos meios da política para tentar acabar com a ditadura.

Dessa forma tivemos no Brasil a implantação de um regime autoritário liderada pelas Forças Armadas que, para além da vida institucional, buscou controlar diferentes esferas da vida social. Por meio da limitação dos demais poderes, o Executivo militarizado usava o expediente dos atos institucionais para aumentar e consolidar seu poder. Por meio da aprovação de leis em um Congresso controlado pela limitação das ações da oposição, foram aprovadas leis que buscavam implantar, de forma institucional, políticas e projetos baseados na visão de mundo predominante entre os donos do poder. É dessa forma que a Educação passará, ao longo do período ditatorial, por um processo de reformulação baseado na centralidade de uma visão política autoritária e elitista característica da visão de mundo defendida pelo Regime Militar.

## **CAPÍTULO II: ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR**

### **2.1. Sobre as características da Educação na Ditadura Militar.**

Para o governo militar nem todos deveriam ter direito ao acesso a faculdade, para o Ministro do Planejamento de 1964 a 1967 Roberto Campos

a educação secundária do tipo propriamente humanista devia, ao meu ver, ser algo modificado através da inserção tecnológica e práticas baseado na presunção inevitável de que apenas uma minoria filtrada no ensino secundário ascenderá a universidade, para a maioria ter que se considerar a escola secundária como formação final (CARVALHO, jul/dez. 2007, p. 379).

Ou seja, a faculdade seria somente para o acesso das elites e aos pobres ficavam com o 2º e com o ensino técnico equivalente.

Na ditadura o Brasil se passava por um considerado período de desenvolvimento industrial e os militares que se encontravam no poder por mais de 20 anos apoiavam a classe dominante e com o propósito de manter-se sempre no controle se voltou para a educação como meio para garantir e monopolizar a classe inferior. Assim a maior parte da população de estudantes se via direcionada aos cursos profissionalizantes. Ou seja, a educação vai se tornar profissionalizante, tecnicista de uma forma compulsória. O aluno que entrava no que hoje chamamos de ensino médio, na época chamado de 2º grau, tinha como a obrigatoriedade de fazer um curso profissionalizante e vai ser encaminhado para o mercado de trabalho mais rápido enquanto os filhos da classe dominante eram encaminhados as escolas com um curso de formação geral o qual iria direcioná-los a educação superior.

Houve mudanças na educação mais os governos militares, mas pouco investiram para manter o povo de todas as classes nas escolas, o governo também não investiu na formação dos professores nem garantiu uma formação específica para o magistério mais precarizou a função de professor desmerecendo assim os profissionais da educação.

Um pouco antes que se instaurasse o regime militar em 1964, durante a década de 1950 o índice de analfabetismo no Brasil era muito grande. Precisava-se então que esse índice de analfabetismo fosse diminuído ou até mesmo erradicado. Dados apontam que “em 1950, quase metade da população brasileira com 15 anos de idade era analfabeta, ou seja, autodeclarada incapaz de ler e escrever até mesmo um bilhete simples” (BELUZUO e TONIOSSO, 2015, p. 198). Além disso o país passava por um processo de modernização, com uma crescente urbanização e industrialização.

Durante a década de 1950, com o processo de modernização que ocorria no Brasil, com uma crescente urbanização e industrialização, ampliava-se também a demanda pela educação como um todo, inclusive para jovens e adultos, (BELUZUO e TONIOSSO, 2015, p. 198).

Aparecem então as ideias de educadores progressistas, como Paulo Freire, trazendo consigo a proposta de alfabetização por meio de novas metodologias. Uma proposta de educação libertadora para a sociedade, sobre tudo para Jovens e Adultos que ainda não eram alfabetizados e que, de uma certa forma, se viam excluídos do meio social. A proposta sugerida por Freire de uma educação libertadora teve ênfase nas décadas de 1950 e 1960 antes que ocorresse o golpe militar em 1964 quando os militares assumiram o poder implantando um novo regime. Analisaram e implantaram um sistema educacional que se dizia ter o mesmo propósito que o de Paulo Freire, mais que na verdade possuía um caráter e interesse que não eram semelhantes.

Paulo Freire procurava entender a educação e a sociedade, Freire considerava a realidade que cada aluno estava inserido para então promover a estes da condição de oprimido à condição de cidadãos críticos e atuantes na sociedade,

O método de alfabetização utilizado por Paulo Freire, caracterizava-se por possuir uma perspectiva libertadora e baseava-se principalmente nos conhecimentos prévios dos alunos, buscando compreender suas próprias experiências de vida, (BELUZUO e TONIOSSO, 2015, p. 198).

Já o modelo educacional proposto pelo novo regime implantado pelos militares possuía um caráter ditatorial, sendo mais apropriado para a formação de mão de obra, adotando assim uma educação tecnicista. Segundo Beluzo (2015), a educação concebida no período ditatorial, que se estendeu até 1985, tinha caráter tecnicista, ou seja, voltada para a formação de mão de obra ao mercado de trabalho realizando a preparação do indivíduo.

Então antes da criação do Movimento Brasileiro pela Alfabetização - MOBRAL já se existia esse outro método de alfabetização para adultos que era o Método utilizado por Paulo Freire o qual influenciou bastante na criação do MOBRAL. A diferença entre eles é que o método de Paulo Freire utilizava palavras do cotidiano dos alunos palavras do dia a dia, já o MOBRAL utilizava se o método das fichas de leitura, mas não considerava o conhecimento prévio do aluno.

O Movimento Brasileiro pela Alfabetização - MOBRAL surgiu em 15 de dezembro de 1967 que de acordo com a Lei nº 5.379, quando o governo assumiu o controle da alfabetização de adultos, o programa tinha como objetivo a erradicação do analfabetismo no Brasil em um prazo de 10 anos. Pretendia alfabetizar jovens e adultos que haviam abandonado a escola ou estavam acima da idade convencional atendendo pessoas como a faixa etária entre 15 a 30 anos que ao mesmo tempo era a idade que as pessoas se qualificavam como mão de obra. Os governantes pretendiam que as pessoas adquirissem a leitura, a escrita e também aprendesse a fazer cálculos que era então o mínimo de recurso adquirido para se adentrar socialmente na comunidade. Naquele período possuía-se a visão de que o analfabetismo deveria ser erradicado para que o país pudesse ser considerado desenvolvido. Acreditavam que a pessoa que soubesse ler e escrever, poderia facilmente receber treinamento, desenvolver melhor o seu papel como cidadão e consequentemente iria contribuir com o desenvolvimento do país.

Na concepção educacional do regime militar, tinha como seus principais objetivos: erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefícios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos, (BELUZO e TONIOSSO, 2015, p. 200).

Mesmo ele sendo autorizado pela lei 5379/67 durante o governo de Costa e Silva, o MOBREAL foi instituído através do decreto nº62.455 de 22 de março de 1968, ele só foi realmente implementado em 1971 já no governo de Emílio Garrastazu Médici, na época sendo considerado de grande importância para a população adulta, BELUZO e TONIOSSO 2015, p. 200).

Depois de sua implementação em 1971 o MOBREAL só continuou a funcionar por mais uma década. Chegou até 1980 por causa política de ensino e da resseção econômica, a forma de investimento nesse ensino fora mudando de acordo com o passar dos anos.

Em 1980, as finalidades do Mobral foram alteradas, anunciando que sua política passaria a dar prioridade às ações comunitárias e aberturas políticas às experiências de alfabetização que são desenvolvidas de maneira mais crítica, (BELUZO e TONIOSSO 2015, p. 203).

Essa resseção impediu a continuidade do programa e com o fim do regime militar em 1985 o MOBREAL passou a se chamar fundação nacional para a educação de jovens e adultos o EDUCAR. A Constituição de República de 1988 ampliou a obrigatoriedade da educação de jovens e adultos sendo dever do estado, porem o EDUCAR também foi instinto em 1990 e atualmente temos o EJA que é a educação para jovens e adultos, sendo uma forma de ensino que tem o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade e ou uma formação técnica, para as pessoas que não tem mais a idade escolar e também não tiveram a oportunidade de terminar seus estudos regulamente, não conseguiram fazer ensino fundamental, médio e muito menos fazer uma faculdade. Este modelo de educação é assegurado pelo artigo 208 da CF inciso I pela EC nº 59 de 2009, também pela LDB a qual se refere ao mesmo assunto no artigo 4 inciso IV, com a lei 12.796 de 2013.

Logo após a instauração da Ditadura, a educação foi apontada como um dos desafios a ser enfrentado. Ou seja, logo após o golpe militar em 1964, os estudantes passaram a apresentar uma grande ameaça para o modelo de governo militar recém implantado, uma vez que os movimentos estudantis foram parte

importante do processo de resistência ao novo regime. Como parte da população que obtinha conhecimento e capacidade os estudantes poderiam se organizar e formar uma oposição fortíssima contra o regime instalado. De certa forma os militares precisariam desmobilizar essa ameaça oposicionista ao Governo e queriam calar a boca dos estudantes. Diante desse fato surgiu a reforma do ensino superior em 28 de novembro de 1968 pela promulgação da Lei número 5540 trazendo a proposta de investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras, sobretudo a pós-graduação, com o propósito de impulsionar a economia e o desenvolvimento do país.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados por um intenso movimento visando à reforma do sistema universitário brasileiro, do qual participaram os docentes, os pesquisadores e o movimento estudantil (MARTINS, 2009, p. 18).

O movimento estudantil defendia a criação de novas vagas, mais universidades federais consequentemente o aumento de vaga no ensino superior, o acesso ao ensino superior era um funil onde poucos conseguia chegar porque não havia o número de vagas suficientes. A concorrência era muito grande com poucas universidades, tanto públicas como particulares, e muitos que conseguia chegar ao ensino superior não conseguia a terminar o curso. Os movimentos também queriam o fim da cátedra e que os professores fossem aprovados por concurso público. Na época o cargo de professor era vitalício e o professor de uma área de conhecimento e ficaria no cargo até aposentar e indicar alguém que estivesse trabalhando junto. Geralmente o sucessor seguia o mesmo tipo de trabalho, e a pessoa não tinha que fazer concurso e já passaria a ocupar a vaga. Era um cargo público, mas o acesso a esse cargo não era através de um concurso público. O objetivo dos críticos a este modelo era o de modernizar as universidades. Segundo Machado (2006, p. 08) "há professores catedráticos ilustres e altamente competentes, mas no geral a pessoa pegava o título de professor catedrático e não se interessava mais".

A Reforma Universitária - RU de 1968 foi realizada antes da Lei 5.692/71 (LDB de 1971) que trouxe mudanças para o ensino de 1º e 2º sendo então a RU anterior à reforma de 1º e 2º. Então em 1968 tivemos a 1ª reforma universitária,



durante a ditadura no governo militar do presidente Arthur da Costa e Silva. Essa reforma extinguiu o sistema de cátedras dentre outras mudanças importantes:

Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica, (MARTINS, 2009, p. 16).

Os militares procuravam uma maneira para se justificar, e a educação era um espaço para que eles expressassem as suas ideias. A ditadura era um fruto de interesse dos burgueses, daqueles que possuíam acúmulo de capital e das classes médias, além das alianças feitas com outros países, já em relação ao assunto educacional e sobretudo a reforma universitária, havia uma questão muito importante para os militares que era o número de aluno que ingressava na universidade.

ao implementar tal reforma, o Estado atuou por duas vertentes. Primeiramente valeu-se de uma tática restauradora, desmobilizando as oposições, eliminando os movimentos oposicionistas com a justificativa ideológica, baseada em um anticomunismo exacerbado para preservar o “Estado de Segurança Nacional”. Por meio desse discurso ideológico tentou revestir-se de legalidade e de legitimidade para exercer o controle, (PEREIRA; PAULINO, 2006, p. 1949).

O grande aumento no número de estudantes que se candidatavam aos cursos superiores, e com as poucas ofertas dos números de vagas nas instituições públicas que não conseguiam ampliar satisfatoriamente o quantitativo de vagas, abriam-se as portas para que as instituições privadas ganhassem espaço no mercado educacional. Isso fez com que se instalasse um novo padrão de ensino superior no Brasil no final da década de 1950 e resultou em uma reforma de ensino sem a participação da comunidade acadêmica nem da sociedade em 1968. Em 1º de outubro deste mesmo ano foi imposto o decreto nº 63.341 que fixou a expansão do ensino superior e consolidou as tendências da privatização da educação permitindo a proliferação das instituições particulares tendo suas autorizações reconhecidas pelo conselho nacional de educação.

Na época nem todos os alunos que eram aprovados nos vestibulares conseguiam ingressar na universidade formando um número de alunos excedentes, ou seja, o número de vagas oferecido pelas instituições públicas federais eram muito pouco e não conseguiam atender a crescente demanda, além de que o modelo seletivo destas possuía uma estrutura em que somente um grupo restrito de estudantes dotados de um razoável conhecimento, possuidor de um capital econômico e cultural poderiam ocupar suas vagas. Por outro lado, os proprietários das empresas educacionais estabeleciam aliança política com os autores de leis e decretos do executivo e legislativo os favorecendo na forma de regulamentação dos estabelecimentos e também reverter decisões as quais fosse desfavorável por parte do judiciário.

Houve várias manifestações e os militares apossando das ideias estudantis, estavam tentando organizar a universidade brasileira e se proclamando formadores da universidade brasileira, porém isso como sendo movimento dos ideários do governo federal não como de movimentos feitos por estudantes e professores. Até mesmo porque naquele momento havia grande aspiração dos jovens por criar pesquisa nas universidades.

A Reforma Universitária de 1968 tentou de variadas formas coibir o desenvolvimento de uma escola crítica e democrática. Os militares almejaram reprimir o pensamento político na academia de maneira que ela somente formasse mão-de-obra qualificada para a indústria e mercado consumidor, (PEREIRA; PAULINO, 2006, p. 1948).

Então os militares sabendo que os estudantes queriam a expansão acharam justo fazer, porém com um certo interesse por parte da elite que era esconder a exclusão do mercado de trabalho, usando o acesso à educação. O país estava começando a ter problemas de desemprego e para os governantes seria interessante expandir o acesso e a continuidade dos estudos porque enquanto as pessoas estivessem matriculadas em uma instituição de ensino não entraria nas estatísticas como pessoas desempregadas, mas sim como estudantes adiando assim demonstrar a dificuldade para conseguir entrar no mercado de trabalho. Por outro lado, com a Lei 5.692/71 que viria logo depois da reforma, acabaria com o exame de admissão

havendo uma expansão precária do ensino ginasial no ensino público, favoreceria o crescimento da iniciativa privada que oferecera vaga de melhor qualidade de ensino. Então em alguns setores sociais com um melhor poder aquisitivo, as famílias iriam investir, iriam pagar pela educação privada dos seus filhos visando que estes tivessem uma melhor condição de trabalho. Com isso grupos começaram a investir na educação privada, começou a demanda nas escolas particulares e essas por sua vez começaram a crescer, sendo assim essas escolas queriam se desenvolver para o ensino superior, havendo um acordo com os donos de escolas, grupos de empresários da educação que estavam se formando.

Naquela época o Conselho Federal de Educação -CFE era formado por representantes da iniciativa privada, os mesmos que perderam alguns benefícios com a LDB de 1961. Eles estavam lutando para conseguir seus objetivos junto ao CFE que decidia as condições e quais escolas poderiam ser abertas facilitando assim o crescimento do ensino privado.

Naquele momento a maioria dos estudantes eram progressistas. Sabendo disso os militares fizeram a reforma para que fosse aprovada dentro de 30 dias. Foi convocado um grupo de trabalho e convidou também as lideranças estudantis a participarem, mas eles não aceitaram participar por perceberem ser uma trama. Em trinta dias não daria tempo suficiente para fazer nada. Então do mesmo jeito eles iriam ter os seus direitos negados. Os seguimentos sociais foram convidados somente para poder dar legitimidades ao decreto feito pelo poder executivo da junta militar

Os grupos que eram conservadores estavam fazendo uma espécie de maquiagem para dar uma impressão de ser progressista, mais por trás de tudo havia uma maneira de garantir o privilégio de poucos. Eles estavam se apropriando das ideias estudantis para expandir o ensino superior, mas ao mesmo tempo estavam criando condições para favorecer os empresários do ensino privado para poderem abrir suas faculdades. Este fato fez com que houvesse assim uma grande expansão do ensino superior na Ditadura Militar a partir da reforma universitária de 1968, mas criando condições para a iniciativa privada atuar no setor educacional. Ao invés de aumentar o ensino superior público gratuito, houve aumento no número de vagas ofertadas pelas instituições públicas, mas foi criada condições de ampliar o sistema

de ensino superior privado, abrindo as portas para que a educação superior fosse em uma boa parte privada.

Seria incorreto afirmar que o ensino público não cresceu, uma vez que, no período de 1967 a 1980, suas matrículas passaram de 88 mil para aproximadamente 500 mil estudantes, registrando um crescimento da ordem de 453%. Esse aumento ficou aquém das necessidades de acesso ao ensino superior, abrindo um flanco favorável à participação do ensino privado (MARTINS, 2009, p. 22).

Ainda de acordo com Martins (2009):

Tudo leva a crer que a expansão das universidades privadas foi orientada pela percepção de seus proprietários de que a existência de estabelecimentos maiores, oferecendo cursos mais diversificados, teria vantagens competitivas no interior do mercado do ensino superior (MARTINS, 2009, p. 23).

Isso faz com que acreditemos e concordamos que com a reforma universitária de 1968 houve uma expansão do ensino superior tanto nas universidades públicas como nas instituições privadas no período da ditadura, mas principalmente o avanço das instituições privadas. A reforma universitária de 1968 abriu as portas para o ensino superior privado, mas também estabeleceu um novo sentido para a organização do ensino de Segundo Grau, uma vez que se intensificou a lógica da formação para o trabalho sob uma perspectiva tecnicista, limitada do ponto de vista da criticidade e pautada pela lógica da disciplinarização e controle.

## **2.2. A LDB de 1971.**

A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, LDB de 71 fixava naquele momento as Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB, durante a gestão do General Emílio Garrastazu Médici que teve um mandato de 30 de outubro de 1969 à 15 de março de 1974 e do então do Ministro Educação Jarbas Passarinho. Ela traz consigo uma nova divisão no modelo de ensino escolar. O primário passa a se chamar de 1º grau e o ginásio passa a ser chamado de 2º grau. O 1º grau passou de 4 para 8 anos de duração com a entrada dos alunos na escola passando a ser de 7 anos de idade. Isso

fez com que a classe popular entendesse que foi um ganho, um desenvolvimento e também sendo de responsabilidade do Estado. Já o 2º Grau passou a ser de 3 a 4 anos de duração com o ensino profissionalizante de forma compulsória.

A LDB de 1971 em seu artigo 21 diz que “O ensino de 2º grau destina-se à formação integral do adolescente”. Neste mesmo artigo em um parágrafo único vem dizendo que “Para ingresso no 2º grau, exigir-se-á conclusão do ensino de 1º grau ou estudos equivalentes”. No que se refere ao período de estudos e a carga horária destinada ao ensino de 2º grau, o artigo 22 da LDB diz que “O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente”.

Com um modelo educacional onde predominava um propósito de educação tecnicista, cujo objetivo era preparar mão de obra, tínhamos um currículo que distanciava a educação básica de uma formação ampla aproximando-a de uma formação focada no mercado de trabalho. O país vivia um momento de aceleração na industrialização. Esse fato ditava o direcionamento dos conteúdos e das disciplinas a serem trabalhadas dentro dos programas escolares e ao mesmo tempo se resguardava pela ideologia em nome da Segurança Nacional defendida pelo governo.

A educação tecnicista era um modelo de educação que não privilegiava a formação de cidadãos participativos e conscientes para a sociedade em que vivam. A educação tecnicista foi um modelo de educação característico da década de 1970 em que privilegiava em excesso a tecnologia educacional onde os professores juntamente a seus alunos recebiam projetos já totalmente elaborados que eram ditados, formulados por quem estava no poder e não deixava aberto nenhuma outra opção a seguir. A aprendizagem era controlada, pois o objetivo da educação seria preparar profissionais para o mercado de trabalho.

As chamadas melhorias que eram trazidas pela LDB ofereciam uma educação tecnicista que deveria ir além da geração de mão de obra, mas que, na prática, ia gerando dissociações entre a classe menos favorecida e a classe mais privilegiada. Gerou um ensino dualista onde pessoas que frequentavam os cursos de formação geral tinha mais êxito dentro das vagas classificatórias dos vestibulares do

que aqueles que estão voltados para um curso técnico e que não tinham acesso a alguns conteúdos imprescindíveis para realizar o vestibular.

Para os filhos daqueles que eram mais favorecidas economicamente, empresários, proprietários de indústrias, proprietários de grandes propriedades rurais, políticos juntamente com os militares que conduziam o país ao chamado desenvolvimento, tinham mais acesso e facilidade para chegar a qualquer curso superior. Já para os menos favorecidos, filhos dos trabalhadores ficavam destinados aos cursos profissionalizantes que só dava acesso a um curso superior que fosse da mesma área para aquele que conseguissem prosseguir um pouco mais com os estudos (Ghiraldelli, 2009).

De acordo com a LDB, os currículos teriam núcleo comuns sendo obrigatório em todo o território nacional, o Conselho Federal de Educação-CNE, fixava de acordo o grau de ensino, cada matéria relativa ao núcleo comum definindo os seus objetivos que julgasse ser interessante e necessário de acordo com a sua amplitude. O CNE também relacionava para todo o sistema de ensino as matérias que cada estabelecimento deveria escolher para construir uma parte diversificada de ensino. Para o ensino de Segundo Grau era predominante uma formação especial que tinha por objetivo fazer uma sondagem de aptidões para a iniciação ao trabalho, já orientando os alunos para um curso técnico profissionalizante sendo que isso era realizado de acordo com a necessidade do mercado de trabalho tanto local como também regional. As aptidões dos alunos recebiam indicações de professores e orientadores, ou seja, o ensino de Segundo Grau ofertava as matérias básicas, que formavam o núcleo comum, e também o ensino profissionalizante.

Como consta no artigo 4º da LDB de 1971, haveria um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, “e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos de estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos”, mas o parágrafo 1º do referido artigo diz que:

O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude;  
Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas

de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devem constituir a parte diversificada (LDB, 1971).

Os núcleos comuns incluíam para o ensino de 1º e 2º graus matérias como a Comunicação e Expressão (que englobavam saberes relacionados à Língua Portuguesa), os Estudos Sociais (reunindo conhecimento de Geografia, a História) e a Organização Social e Política do Brasil. Já no campo das Ciências oferecia-se a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas sendo obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde.

Já em relação ao ensino profissionalizante oferecido, a instituição de ensino observava além das aptidões dos alunos, a oferta de trabalho como também a necessidade local. Assim os cursos poderiam ser diversificados de acordo com cada região. A LDB em seu artigo 5º parágrafo 2º traz a seguinte dizes:

A) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; B) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (LDB, 1971).

Mesmo que a educação se tornasse mais acessível do que antes, já que não mais havia o teste de admissão que o concluinte do primário precisava realizar de acordo com a legislação anterior para dar continuidade a seus estudos, esse exame selecionava os alunos que eram julgados com melhores condições de aprendizagem deixando uma certa parte dos estudantes já de fora, pois não poderiam continuar estudando.

Mas no geral o período político precisava que para a educação estivesse tudo bem naquele momento, seria somente necessário que os alunos, cidadãos, população soubessem apenas ler, fazer alguns cálculos e estar em dias com as condutas que eram passadas por uma disciplina denominada de educação moral e cívica.

Segundo Rodrigues (2012), “o Ensino de 2º Grau, dentro do artigo 21 desta lei, destinava-se à formação integral do adolescente e a prevalência da prática habitual de limitá-la ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar”, o que não levava à busca pelo desenvolvimento do senso crítico. Para Rodrigues:

podemos inferir que dentro do modelo de escola dos governos militares, a partir da LDB/71, não se buscou trabalhar a formação crítica do educando, pois não cabia ao modelo de projeto de sociedade em desenvolvimento durante o golpe, não buscando, por isso, uma promoção do homem durante tal contexto (RODRIGUES, 2012, p. 14).

Quem estava conduzindo o governo pouco se preocupava com formar um ser humano pensante, mais sim para atender o momento imediato que se encontrava, durante o governo militar se encontrava um viés político onde havia influencia direta dos militares no sistema educacional no período da ditadura, pois a sua forma de governar se encontrava direcionado para um modo autoritário e como meio de não ser questionado. Considerando sua forma de governo, não seria interessante ofertar uma educação que pudesse fazer com que as pessoas se despertarem e posicionassem em desfavor daquilo que era sugerido pelo governo.

Rodrigues, 2012 aponta que:

Para que os militares pudessem governar de forma autoritária durante o período e assim executassem seus objetivos de acabar com a inflação, extinguir a corrupção e extirpar a agitação comunista foi preciso dotar o Estado de plenos poderes, o que dava aos militares direitos para poder reprimir, torturar, perseguir e bisbilhotar a vida daqueles considerados subversivos e adeptos do comunismo. (RODRIGUES, 2012, p. 04).

A LDB de 1971 foi a segunda lei que promoveria mudanças e reformas na educação no país sob o comando de Jarbas Passarinho como ministro da educação de 1969 a 1974. Foi ele quem completou a reforma universitária estabelecida pela Lei número 5.540 de 28 de novembro de 1968 e que dizia que para ser aprovado no vestibular basta tirar a nota mínima. Mas o fato era que nem todos conseguiam uma



vaga no ensino superior pois existia um grande problema. O fato de não haver vagas para todos os aprovados fazia surgir assim um grande número de alunos excedentes.

Estávamos vivendo um período de ditadura e as escolas não tinham autonomia dentro das salas de aula, então eram impedidas de trabalharem conteúdos que levassem os seus alunos a desenvolverem o senso crítico. No pacote de mudança realizado pelo governo incluiu-se no currículo duas novas disciplinas Educação Moral e Cívica no ensino fundamental e OSPB - Organização Social e Política Brasileira no ensino médio e superior. Disciplinas que levavam alunos a refletirem o cotidiano como filosofia, sociologia eram retiradas para garantir a dominação ideológica que estava sendo colocada em curso

A influencia militar na educação do país estipulava um currículo voltado para a preparação mecanicista do educando que não tinham escolhas a não ser aquela em que todos deviam servir aos preceitos da pequena, média e grande indústria; escolas motivadas a propagar as orientações ideológicas dos militares. Na Ditadura Militar houve a prisão e repreensão de professores. Também houve o recolhimento de obras que eram consideradas suspeitas, contrarias ao sistema de governo. Além disso também foi verificado e alterado o material de alfabetização de jovens e adultos e inúmeros intelectuais e educadores foram considerados ameaças para a educação pela classe dominante.

Indícios de que os militares já estavam de olho no sistema de educação nacional, já havia surgido desde a fundação da Escola Superior de Guerra- ESG em 1949,

Fundada em 1949, foi criada, em tese, para ser um instituto de altos estudos, subordinado diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional. ( SCHINKE, 2019, p. 1959).

Precisava se ter boas articulações para que desse certo a forma de governo. Então precisou incluir civis como professores e também como alunos para difundir as ideias e a moral em um espectro maior da sociedade. Por outro lado os alunos ao

terminarem os seus cursos ganhariam posições de destaque no meio social. Entre 1950 e 1967 mais da metade dos diplomados pela ESG eram civis. Pessoas que fossem leais e se sentissem gratificados com o sistema junto a isso mesmo tempo davam aos militares selecionados uma posição de comando:

Teve como finalidade dar aos civis interessados nos trabalhos pertinentes à organização da Segurança Nacional, particularmente àqueles que devam dirigir a mobilização nacional ou a política exterior, uma visão panorâmica dos problemas e processos de execução daquela operação, (SCHINKE, 2019, p. 1960).

A ESG trazia consigo uma espécie de articulação que daria sustentação teórica a um regime autoritário que se estabeleceria em 1964 onde a elite burocrática e económica do país seriam privilegiadas. Além de ser um importante instrumento na difusão do discurso que se dividia entre o desenvolvimento e segurança, conseguia ter acesso a espaços oficiais do Estado e ao mesmo tempo participavam de seus encontros regulares. Ou seja, era uma engrenagem de sustentação do regime conseguindo articular espaços em torno de uma pequena parte da sociedade denominada elite nacional. Segundo Machado (2006, p. 18), “a ESG tinha por finalidade preparar uma elite nacional militar e civil para acompanhar os problemas da alta política e da alta estratégia”. Segundo as palavras do General Meira Mattos, apresentadas no relatório sobre a reforma da educação redigido ao final da década de 1960:

Nós temos que ter uma elite política. E esta elite política é formada de civis e militares capazes de acompanhar os problemas da alta política e da alta estratégia no mundo e no Brasil. A Escola Superior de Guerra é a única escola que reúne elites políticas e elites militares num mesmo programa. (MACHADO, 2006, p. 18).

As pessoas que faziam parte do sistema de governo precisavam se sentir seguras e garantir que aqueles que estavam de fora não iriam se rebelar contra o movimento. Assim a área da educação seria uma estratégica como meio de

socialização e conformação o qual faria que as pessoas aceitassem os lugares a elas atribuídos na sociedade e acatassem as ordens e manutenção do regime político.

Como maneira de disseminar as ideias do sistema de governo por todo o país, no dia 12 de setembro de 1969 foi instituído o decreto-lei Nº 869 que em seu Art. 1º torna em caráter obrigatório como disciplina e, também, como prática educativa, a disciplina Educação Moral e Cívica -EMC, nas escolas em os sistemas de ensino do país. A EMC ensinava aos estudantes dos primeiros anos do ensino fundamental, os deveres cívicos das crianças, esse decreto em seu artigo 2º já demonstrava como seria a disciplina.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum, (BRASIL , 1969)

Um pouco mais tarde já em 1971 foi implantada outra disciplina através da Resolução no. 8 de 1º de dezembro de 1971, que anexou ao Parecer nº 853/71, o qual suprimiu o ensino de História dando lugar aos Estudos Sociais, e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Essa disciplina tinha por objetivo ensinar aos estudantes o sistema político de nosso país, a Constituição e os deveres do cidadão brasileiro.

A legislação educacional da época tinha como um de seus eixos transformar as escolas e sua estrutura curricular num verdadeiro veículo de propaganda do sentimento nacionalista e do ideário desenvolvimentista, sustentáculos do Regime Militar (Melo, 2005, p. 03).

A inclusão dessas disciplinas demonstrava um processo de educação autoritário que era delegado pelo Conselho Educacional por conta da legislação imposta pelo regime militar, em que os alunos seriam instruídos ao sistema o qual estavam inseridos.

## **CAPÍTULO III**

### **A EDUCAÇÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E DA LDB DE 1996 E A PERMANÊNCIA DE ELEMENTOS DA DITADURA MILITAR**

#### **3.1. Breve análise da Constituição e da LDB.**

A Constituição Federal do Brasil - CF é a carta magna. A maior Lei que rege o meio jurídico e traz a em seu corpo tópicos que são reproduzidos em outras leis. Seguindo este parâmetro, a Lei 9.394/96, que é Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) que está em vigor atualmente regendo a educação, se adequando a essa norma, se encontra com o que está presente na constituição tomando esta como base. Na CF em seu capítulo III na seção I da educação, os seus artigos do 205 ao 214 tratam a respeito da educação.

Algumas informações contidas na CF 1988 são mencionadas pela LDB com um pouco de diferença e algumas informações da CF com o passar dos anos vão tendo alterações por Emenda Constitucionais (EC) as quais são julgadas necessário para o bom andamento para o processo educacional do país. O artigo 5 da CF diz que

Art. 5º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (CF, 1988)

Isso nos leva a pensar que estão falando nas pessoas em idade escolar em geral como um todo, do mais rico ao mais necessitado.

Na LDB algumas informações aparecem um pouco diferentes da forma que está na Constituição Federal. O artigo 5º da CF fala do direito a educação e menciona pessoas envolvidas com esse direito dizendo que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade formando uma hierarquia formada pelo Estado, família e a sociedade com o objetivo que é o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania que é o saber viver em

sociedade, saber seus direitos e deveres e, por fim, a qualificação para o mercado de trabalho. Já o artigo 2º da LDB diz que a educação é dever da família e do Estado invertendo a hierarquia colocando primeiramente a família, depois o Estado e acaba deixando de fora a sociedade. Ou seja, a educação irá começar com a família. Ao mesmo tempo ela fala do princípio de liberdade e nos ideais de solidariedade humana para o desenvolvimento da educação.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, (LDB, art.2).

A valorização do profissional da educação escolar é mencionada pelo artigo 6 da CF dizendo que esta valorização é garantida na forma da Lei. Garante o plano de carreira e tendo como ingresso exclusivamente através do concurso público e títulos aos profissionais da rede pública de ensino; garantido pela EC nº 53 de 2006. A LDB no artigo 67 fala que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público” (LDB, 1996, art. 67).

Pela CF no artigo 210, parágrafo 1º diz que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. Já o artigo 33 da LDB diz que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” o que assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.

Se uma criança não tiver o seu direito a educação garantido ou caso esse direito seja negado, e venha a ser descoberto o responsável por impedir esse direito a pessoa será responsabilizada na forma da lei. O artigo 208, parágrafo 2º da CF fala que “o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente”. Já o artigo 5º, parágrafo 4º da LDB diz que “Comprovada a negligência da autoridade competente

para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade”.

Na LDB de 1996 também aparece informações que são idênticas às da CF quando se fala a respeito as funções da educação, garantias da educação e princípios da educação, o artigo 206 da CF menciona o princípio de acesso e permanência na escola, diz que todas as pessoas tem o direito a ingressar na escola e que seja dado a ela condições necessárias para que estas possam participar efetivamente da escola. Essas condições podem ser os estímulos financeiros para as famílias de baixa renda através da matrícula das crianças na escola, fornecimento de materiais escolares para que os alunos possam frequentar a escola.

De modo que o estado vai garantir as condições mínimas para que a frequência escolar possa regularmente ser cumprida. a LDB em seu artigo 3, em seus incisos também falam dos referidos assuntos: Liberdade de aprender, ensinar, pesquisa e divulgar o pensamento e a arte do saber; Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Garantia do padrão de qualidade; Garantia do direito a educação e a aprendizagem ao longo da vida; Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um que tenha a possibilidade de continuar estudando.

Já os programas suplementares de atendimento aos educandos em todas as etapas da educação contemplam o material didático escolar, o transporte, alimentação e assistência à saúde para que as crianças possam frequentar a escola; foram acrescentadas algumas alterações na CF como pela EC nº 53 de 2006, EC nº 59 de 2009 e pela EC nº 108/2020 já na LDB de 1996, veio primeiro pela Lei nº 12.796 de 2013 e pela Lei nº 13.632/ 2018.

A CF em seu artigo 210, parágrafo 2º e a LDB artigo 79 parágrafo 2º inciso I diz respeito da língua utilizada: “a língua utilizada em sala de aula do ensino fundamental regular será a língua portuguesa assegurando que as comunidades indígenas também possam fazer o uso da língua materna”. Pelo artigo 208 da CF e pelo artigo 4º da LBD, a educação infantil ocorre em creches e pré-escolas para crianças de até 5 anos de idade.

Nos termos legislativos educacionais a LDB faz alguns acréscimos no que está escrito na CF. Sobre o dever do estado em garantir a educação, a CF diz que é um dever do poder público, do estado, do governo fazer-lhe o chamado e zelar junto aos pais ou responsáveis pela frequência do aluno na escola. Já a LDB acrescenta ao texto as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que ainda não concluíram a educação básica.

O artigo 208 da CF diz que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade e também diz que essa educação será assegurada e ofertada inclusive para todos aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria. A LDB em seu artigo 4 menciona o texto organizando-o em pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e o acesso público e gratuito para todos aqueles não concluíram o ensino fundamental e médio em idade própria.

O artigo 209 da CF diz que o ensino é livre à iniciativa privada, atendendo aos cumprimentos das normas gerais da educação nacional, com a autorização de qualidade feita pelo poder público. A LDB de 1996 em seu artigo 5º acrescenta o inciso III que falando sobre a capacidade de autofinanciamento referenciando ao artigo 203 da CF, tanto na CF quanto na LDB a educação pode ser pública ou privada.

A CF em seu artigo 211 diz que é de responsabilidade dos municípios, atuarem paritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. O mesmo coloca os estados e o distrito federal responsáveis por atuarem paritariamente no ensino fundamental e médio. A LDB em seu artigo 11 diz que compete aos municípios oferecer a educação infantil com prioridade e o ensino fundamental em creches e pré-escolas. Já no artigo 10 a LDB assegura o ensino fundamental, com prioridade para o ensino médio a todos que o demandarem de acordo com o artigo 30 da mesma lei, o qual diz que: “A educação infantil será oferecida em: Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e pré-escolas, para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

Os municípios possuem dentro dos seus limites territoriais 2 etapas de educação sendo de sua responsabilidade, a educação infantil e o ensino fundamental, o município deve ofertar um ensino de qualidade, dando prioridade para estas etapas de educação para que então possam trazer uma outra modalidade de ensino para suas



cidades para que a educação infantil não seja deixada de lado. Segundo a LDB quando chega os recursos se faz necessário que seja primeiro atendido pelos municípios as escolas de educação infantil e ensino fundamental. Já o estado se organiza para atender o ensino médio. Depois que o estado estiver organizado com o ensino médio ele pode ajudar os municípios com o ensino fundamental. No ano de 2020 foi acrescentado um parágrafo na constituição pela EC nº108 que diz o porquê da união, dos estados e dos municípios precisarem trabalhar juntos para garantir a educação e o tipo de educação que essa colaboração precisa atingir. A LDB em seu artigo 74 fala dos objetivos da educação e da qualidade que vão garantir um padrão mínimo de oportunidade onde todas as pessoas terão o mínimo para conseguir estudar,

A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade (LDB, 1996, art. 74).

Já o artigo 211, parágrafo 4º da CF fala que o objetivo da colaboração é assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino.

Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório, (CF, 1988, artigo 211).

Em relação ao padrão mínimo de qualidade, o mesmo artigo fala que “considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ) pactuado em regime de colaboração”. Na LDB em seu artigo 4, fica esclarecido que “os padrões mínimos de qualidade do ensino serão definidos com variedade e quantidade mínima por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento ao processo de ensino”.

Em relação ao processo de financiamento para a educação e sua organização, tanto a CF como a LDB se referem acerca da redistribuição e da suplementação. A redistribuição sendo a forma de distribuir o dinheiro a ser investido

e a suplementação como uma ajuda para aquele que tem mais necessidade. A CF no artigo 211 parágrafo 1º diz que a União exercerá as duas funções: também mandará um pouco mais de investimentos para aqueles locais onde mais precisam, onde não conseguem ter o mínimo para financiar a educação. A LDB no artigo 11 inciso II diz que o município exerce a função redistributiva, ou seja, ele recebe os recursos para poder redistribuir nos levando a acreditar que obedece a hierarquia de modo que a União ajuda os Estados e Distrito Federal, os Estados ajudam os Municípios. Antes da CF de 1988 e da LDB de 1996 o sistema de ensino não seguia esse mesmo pensamento, esse mesmo ideal.

Desta maneira a educação se tornava um mecanismo de exclusão social muito grande e com tudo isso só houve mudança com a LDB 9.394/96 que trouxe consigo os princípios da redemocratização e que também vai mexer com a estrutura da LDB 5.692/71. Foi um longo período, pois só aconteceu mudança em 1996. Mesmo com métodos de alfabetização e modificações ensino até os dias de hoje ainda se fala em erradicar o analfabetismo no Brasil, fato que os nossos governantes não conseguiram até hoje.

### **3.2. Análise do PPP do Colégio Militar e da Resolução do MEC de 2020 para pensar a permanência de elementos da Ditadura Militar na Educação atual.**

Nesta etapa do trabalho, fazemos uma análise no Projeto Político Pedagógico -PPP de um dos Colégios Militares do Estado de Goiás - CPMG, foi PPP do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Unidade Ayrton Senna, O PPP foi elaborado para o ano de 2009. A instituição tem o nome de Colégio da polícia Militar Unidade Ayrton Senna, está localizado no endereço: Rua JC10 com JC37 s/n no setor Jardim Curitiba I na cidade de Goiânia no estado de Goiás. Segundo o PPP o Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás foi criado pela Lei Estadual nº. 14.050 de 21 de dezembro de 2001, e está subordinado à Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar do Estado de Goiás, através da sua Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa, mediante uma parceria.

De acordo com o PPP, a direção do colégio está organizada e composta da seguinte forma, a Diretora e Comandante era a Major Lys Andréa Insuela Garcia

Rezende de Lima, junto também a ela fazendo parte da direção o Subcomandante o Capitão Luzimário Guimarães, a Secretária Geral a senhora Margaret de Fátima Muniz Costa e fazendo parte da Coordenação pedagógicas: A coordenadora Geral, Heliamar Aparecida Costa, no período matutino: Nilva Ferreira Batista Arantes, Sandra Ferreira Santana e Maria de Lourdes Cavalcante Parreira, no período vespertino: Suzane Neiva e Marlene de Oliveira e no período noturno: Nívea Luzia Rodrigues, Marcelo Henrique Junta e Silmeire de Paula Sousa Sano. No PPP fica explícito uma hierarquia na composição da parte de gestores não diferente do sistema de regime militar.

Ainda de acordo com o PPP, o Colégio funciona regularmente atendendo a 2ª fase do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e Ensino Médio da 1ª à 3ª séries, em regime seriado anual nos turnos matutino, vespertino e noturno. A sua autorização de funcionamento do CPMG Unidade Ayrton Senna, veio pela Portaria nº. 4.829/2003, de 17 de junho de 2003, da Secretaria de Estado da Educação, autorização que aguarda dos seus órgãos mantenedores como sendo a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, estando representada pela Polícia Militar para a regularização legal e funcional.

A forma de ingresso no CPMG geralmente ocorre por meio de sorteio que são realizados, anualmente, geralmente no mês de setembro e outubro. É realizado o sorteio para selecionar os estudantes em que o candidato só pode se inscrever em uma unidade, sob pena de desclassificação. Os sorteios são para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 1ª série do Ensino Médio para que os alunos tenham a oportunidade de poder estudar em um dos Colégios Militares se for selecionado.

O CPMG Ayrton Senna é uma escola de porte 1, com média de 2.200 alunos regularmente matriculados e frequentes e segundo seu PPP. Diariamente cada turma de alunos nos turnos matutino e vespertino, terá no máximo 06 (seis) horas aulas sendo de duração de 45 minutos cada, com intervalo para recreação de 15 minutos entre a 3ª e 4ª aula, já as turmas do turno noturno terão regime diferenciado em relação a hora-aula. Fica explícito no PPP que o calendário escolar obedece à Lei de Diretrizes e Bases da Educação -LDB e que contempla o um número de dias letivos superior ao exigido, em razão da matriz curricular ter carga horária mais extensa que a exigida nas escolas públicas da rede estadual. Segundo o PPP o total de dias

Letivos são 202 dias, dias que são distribuídos em dois semestres, o 1º Semestre com 101 dias e 2º Semestre com 101 dias, além de serem trabalhadas aulas específicas do 3º ano do Ensino Médio aos sábados, sendo 10 no 1º semestre e outros 10 sábados no 2º semestre.

Segundo o PPP, os aspectos físicos deste CPMG dispõe dos seguintes ambientes: 17 salas de aulas, biblioteca, laboratório de Ciências Naturais, laboratório de Informática climatizado e com 20 microcomputadores; sala individual para o Comandante e Diretor sendo esta climatizada e com banheiro privativo; sala individual para o Subcomandante e Subdiretor, recepção, sala individual para Coordenação Pedagógica com 2 ambientes; sala individual para divisão disciplinar; sala individual para subseção de projetos e eventos; sala individual para a divisão de ensino; sala para seção de finanças sendo climatizada e com dois ambientes; secretaria geral climatizada possuindo três ambientes; sala de professores climatizada; sala para assistência ao estudante; sala para administração da seção de educação física e desportos, com dois ambientes. O banheiro feminino possui quatorze sanitários já o banheiro masculino possui sete sanitários e cinco mictórios. A instituição também possui uma ampla cozinha; vinte e um bebedouros para alunos sendo eles com água filtrada e gelada nos bebedouros instalados, totalizando 22 torneiras; sala para a equipe de serviços gerais, com banheiro privativo; sala para a coordenação da merenda; provisionamento e almoxarifado para serviços gerais.

A divisão Administrativa está diversificada em várias seções: Seção de Pessoal, seção de Material e Patrimônio. seção de Finanças, provisionamento e gerência de Merenda, refeitório, cozinha e cantina escolar; fazendo parte da divisão de ensino: Seção de Coordenação Pedagógica formada pela subseção de projetos e eventos, laboratório de ciências da natureza, laboratório de informática, laboratório de Matemática e Física sendo um projeto de implantação, subseção de educação física e desportos e o corpo docente.

De acordo com o PPP, o CPMG Ayrton Senna elaborou uma proposta pedagógica direcionada para a inclusão direcionando seu olhar para os alunos portadores de necessidades educativas especiais levando em conta a Legislação vigente que se refere à educação inclusiva. Tanto a Declaração Mundial de Educação Para Todos, 1990 como também a Declaração de Salamanca, 1994. Assim

entendendo que para facilitar uma melhor apropriação significativa de conhecimento dos conteúdos pelo aluno portador de necessidade educativa especial, proposta da instituição consiste em proporcionar a esse aluno a identificação das diferenças e semelhanças entre os conteúdos trabalhados, estimular a participação de todos respeitando seus limites, a partir daí, o aluno possa estabelecer relações diretas com seu dia-a-dia e aos valores sociais estabelecidos.

Ainda de acordo com o PPP, o Projeto Pedagógico do CPMG Unidade Ayrton Senna do ano de 2009 foi elaborado em conformidade para se cumprir a Lei 9.394 de 1986 LDB de 1996, respeitando as normas de ensino e a proposta pedagógica proposta para o sistema de educação, visando assim ser ofertado uma educação de qualidade direcionada para o exercício do civismo e da cidadania. O Mesmo diz que “os currículos apresentados pela Secretaria da Educação serão ampliados contando com a participação efetiva dos docentes da comunidade escolar e pais de alunos”. A base filosófica do CPMEG -Ayrton Senna na LDB de 1996 como consta em seu artigo 2º colocando a educação como dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana mais de certa forma com um certo interesse. Porém achamos por bem do desenvolvimento do trabalho fizemos algumas comparações com o proposto pelo PPP e o que consta na LDB de 1971.

No que se diz respeito sobre a preparação para o mercado de trabalho, o PPP traz algo que já vem sendo falado desde o proposto pela LDB de 1971 e algumas metas e ações a serem atingidas que são propostas no PPP, se parecem com alguns objetivos que eram expostos durante o regime da ditadura e outras se distanciam:

Entre as que se distanciam estão:

É uma meta proposta no PPP, despertar o aluno para o conhecimento científico, estimular a prática da pesquisa científica, na época da ditadura a LDB de 1971 direcionava os alunos para uma educação mecanizada não se importava muito para as pesquisas, mas para o desenvolvimento das indústrias, mão de obra em nome do desenvolvimento industrial do país, a LDB de 1971 em seu artigo 27 diz que

desenvolver-se ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, cursos de aprendizagem, ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular e a esse nível ou ao de 2º grau, cursos intensivos de qualificação profissional (LDB, 1971, artigo 27).

A LDB não menciona a pesquisa científica, porém em seu artigo 43 fala que “os recursos destinados à educação serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial de modo que assegurem” e coloca no inciso letra c, que diz “o desenvolvimento científico e tecnológico”.

No PPP se fala promover o envolvimento da comunidade escolar interna, proporcionar maior envolvimento dos servidores na tomada de decisões, através de reuniões, debates e exposição de motivos, catalogar ideias e sugestões, principalmente dos discentes, diretamente feito verbalmente ou por questionários, ou indiretamente através de sugestões depositadas na caixa destinada para esse fim, um fato curioso é que a LDB de 1971 não menciona a participação da comunidade escolar no processo de ensino, durante a ditadura havia na educação um caráter ditatorial onde eram ditadas as regras e os alunos, comunidade escolar não tinham muito a optar, somente a obedecer, até mesmo os professores eram vigiados na exposição das suas aulas, segundo Rodrigues (2012).

foi imposta uma proposta de escola onde não houve benefício algum para o educando no sentido de emancipação do mesmo, pois não deu a ele oportunidade de poder ser autônomo em suas escolhas e muito menos o munuiu de um pensamento crítico; e tampouco o preparou para servir funções diversas na sociedade, senão aquela função de retroalimentar a economia do grande capital e os anseios dos tecnocratas de então, (RODRIGUES, 2012, p. 12).

Como maneira de incentivar as famílias e os discentes a trabalharem conteúdos os quais seriam de interesse dos governantes, durante a ditadura os alunos não precisavam se preocupar muito com contextualizações, era feita uma sondagem nos alunos pelos docentes, essa sondagem observava as aptidões e as habilidades dos alunos e assim seriam instruídos pelos professores. A LDB de 1971, em seu artigo 10 fala que “será obrigatoriamente a orientação educacional, incluindo

aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, família e comunidade”.

O PPP fala sobre divulgar o CPMG em todos os âmbitos; incentivar a comunidade escolar interna a suprir de informações a página virtual da escola; divulgar na imprensa local podendo ser pela escrita, televisão ou através do rádio, os eventos realizados no CPMG ou que tenham a sua participação, durante a ditadura os militares observavam muito o que poderia ou não ser divulgado pela e alguns alunos era incentivados a fazer demonstrações do ensino.

instituições escolares além de terem sido transformadas em meio de se propagar as ideologias de dominação houve também a influência do espírito autoritário e repressor nas escolas de primeiro e Segundo Graus e dos ensinos superiores, (RODRIGUES, 2012, p. 10).

As que se aproximam estão: No que se diz respeito em promover com os docentes a interdisciplinaridade como costa no PPP, a LDB em seu artigo no artigo 3º diz que “os sistemas de ensino estimularão no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidade diferentes de estudos integrados, por uma base comum e na mesma localidade”

Onde o PPP fala a respeito de promover o intercâmbio do CPMG com outros órgãos, no período militar era importante que as escolas tivessem comunicações com os demais órgãos das frentes atuantes para garantir o seu sistema de governo. Testar os conhecimentos dos alunos, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho, é algo que aparece bastante quando se refere a proposta educacional e no ensino na ditadura esse preparo também era feito já aparecendo de cara no artigo 1º da LDB dizendo que:

o ensino de 1º e 2º grau tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparando para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania (LDB, 1971).

Não deixado de fora o PPP diz sobre despertar nos alunos a vocação profissional. Antes o aluno também tinha sua vocação profissional direcionada pelo professor que o instruía, observando as necessidades do mercado no momento, ele fala sobre descobrir talentos, incentivando a integração dos alunos como estava sobre o olhar de um professor, a habilidade e o talento desse aluno eram valorizados e aproveitados de acordo com os interesses presente direcionado ao desenvolvimento, a LDB no seu artigo 5º parágrafo 2º vem falando que “terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o mercado, no ensino de 1º grau e de habilitação profissional no ensino de 2º grau”.

De acordo com o PPP, o total de dias Letivos serão 202 dias sendo distribuídos em duas fases uma no 1º Semestre com 101 dias e o 2º Semestre com 101 dias, referente a isso, a LDB fala que, ao ano e o semestre letivo, independentemente do ano civil terão no mínimo 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, LDB artigo 11º.

O PPP fala sobre motivar os alunos para o estudo, premiar estes alunos que possuem um destaque intelectual, com: O “boton”, com o “Alamar Legião de Honra”, com medalhas e troféus. Durante o regime militar os alunos se destacavam de alguma maneira, também eram premiados e recebiam algumas considerações podendo até ser nomeado para uma certa função. Contribuir para a formação de líderes; preparar os alunos para a liderança, com a prática de chefias de turmas ou de frações de alunos, sem a conotação de autoritarismo; atribuir responsabilidades aos alunos, indistintamente de série, com vistas à prática de ações comedidas, a LDB no artigo 3 inciso letra b fala que.

A entrosagem e a Inter complementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiência de outros, (LDB, 1996).

Segundo o PPP, é um objetivo específico da instituição proporcionar ao aluno uma avaliação contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Com isso o CPMG realizar avaliação em todos os segmentos como, aplicar avaliação de desempenho na comunidade escolar, visando obter o grau



de satisfação dos seus membros, interno e externo, a Coordenação Pedagógica fará a avaliação e gestões administrativas após encaminhar suas ações com propostas de atividades extraclasse, fazendo o pré-projeto que deverão ser encaminhando corretamente. Sendo assim serão considerados como instrumentos de medida de aprendizagem: trabalhos de pesquisas, simulados, avaliações escritas com questões subjetivas e objetivas, avaliações orais, teórica ou prática, observação direta pelo docente quanto ao desempenho e autoavaliação do discente e avaliação prática.

Dentro do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares -Pecim, as Diretrizes das Escolas Cívico-Militares –Ecim, em seu artigo 8º, diz respeito dos fundamentos que compõem a proposta pedagógica para serem inseridos no Projeto Político Pedagógico (PPP) das Ecim , então direcionamos o nosso olhar para o PPP de um dos Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás / Unidade Ayrton Senna – CPMG Ayrton Senna, este CPMG foi criado pela Lei Estadual nº. 14.050 de 21 de dezembro de 2001, e está subordinado à Secretaria de Estado da Educação e a Polícia Militar do Estado de Goiás, a unidade Ayrton Senna está localizada a rua JC-10 com JC-37 Jardim Curitiba 1 em Goiânia Goiás, ofertando uma educação para a 2ª fase do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio 1ª à 3ª séries, sendo nos 3 turnos matutino, vespertino e noturno, sua autorização para funcionamento foi através da Portaria nº. 4.829/2003, de 17 de junho de 2003, da Secretaria de Estado da Educação.

Fica explicito no PPP que este CPMG Ayrton Senna que se procura cumprir o exigido pela LBD 9.493/1996, obedecendo a LDB como uma base filosófica e a sua equipe que dos profissionais envolvido no processo de ensino aprendizagem procuram esta embasados na LDB para estar direcionando uma educação de qualidade com o exercício do civismo e da cidadania, com a prática educativa, visando a formação integral dos educandos em que contemple o seu aspectos físico, intelectual e emocional, elaborando atividades com uma visão sócio - interacionista, que promova ao aluno a construção do próprio conhecimento específico e social através de uma integração social.

O PPP demonstra também que a construção da sua matriz curricular possui eixos norteadores dos Parâmetros Curriculares Nacionais, do Currículo Mínimo da Secretaria de Estado da Educação além de Temas Transversais, além de oferecer

aos seus alunos recurso para que desenvolva o seu sucesso para da a continuidade de sua vida acadêmica, com a esperança que eles venham desenvolver atitudes que valorizem o convívio familiar, social, patriótico que no futuro sejam cidadãos patriotas cientes de seus deveres, direitos e responsabilidades em qualquer que seja sua ocupação profissional e posição social.

Como consta no PPP o CPMG tem diversas metas a serem conseguida dentre elas se encontra: Envolver a família no processo ensino aprendizagem; testar os conhecimentos dos alunos, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho; despertar nos alunos a vocação profissional e desenvolver projetos sociais. Sobre a forma de ensino o PPP diz que os alunos dos turnos matutino e vespertinos tem no máximo 6 horas aulas, sendo 45 minutos cada aula e 15 minutos de intervalo entre a 3° e a 4° aula, já os alunos do período noturno possuíram um horário diferenciado não especificado no PPP.

No que diz respeito a avaliação, o CPMG de acordo com o PPP, esta é dividida em 2 fases, uma com a visão voltada para as atividades com natureza qualitativas e que valem 40 pontos e a segunda voltada para as atividades com natureza quantitativas e estas valem 60 pontos, os alunos precisaram atingir o mínimo de 60 pontos para conseguirem ser aprovados sendo que poderão esta realizando atividade de recuperação no final do 1° semestre e no final do 2° semestre caso ficarem com notas abaixo do necessário.

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares- Pecim foi lançado em 5 de setembro de 2019, através de uma parceria entre o MEC com o Ministério da Defesa (MD) tendo como principal objetivo a contribuição para a melhoria da educação básica no Brasil, a partir da implantação de um modelo do MEC para as Escolas Cívico-Militares - Ecim. A portaria -MEC número 1071 de 24 de dezembro de 2020, regulamenta a implantação do Pecim em 2021, para implementação das Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, visando uma educação de qualidade como estabelecido no Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.

Em seu artigo 2º, a portaria do MEC 1.071/2020, prevê a implantação de cinquenta e quatro Ecim em 2021, distribuídas nos estados, nos municípios e no Distrito Federal, em escolas estaduais, distritais e municipais. Esta portaria do MEC

demonstra como se ocorre a manifestação de interesse das escolas em participarem do programa, como é realizado e os procedimentos para seleção das escolas interessadas. “O MEC abrirá o processo seletivo, primeiramente, enviando Ofícios-Consulta aos estados e ao Distrito Federal, para manifestação de interesse à implantação de duas escolas em cada ente, totalizando cinquenta e quatro Ecim” (Artigo 5º).

Segundo a portaria, o MEC pode escolher entre as duas formas de pactuação disponibilizada pelo Pecim: Sendo que em um modelo oferece a disponibilização de pessoal onde o MD disponibiliza o pessoal das Forças Armadas para as Ecim, e os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios arca com os investimentos necessários para as instalações e infraestrutura para a adaptação das escolas de forma necessária, já no outro modelo oferta o repasse de recursos, neste modelo o MEC faz o repasse financeiro, por meio do Plano de Ações Articuladas - PAR e o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para as necessárias adaptações das escolas e como forma de cooperação os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios disponibilizam os militares de suas Forças Auxiliares podendo ser tanto ativos ou inativo para atuarem nas escolas selecionadas, arcando com os respectivos custos com pessoal.

O Projeto Pedagógico do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – Unidade Ayrton Senna do ano de 2009 foi elaborado em conformidade para se cumprir a Lei 9.394 de 1986 LDB de 1996, respeitando as normas de ensino e a proposta pedagógica proposta para o sistema de educação, visando assim ser ofertado uma educação de qualidade direcionada para o exercício do civismo e da cidadania. O Mesmo diz que “os currículos apresentados pela Secretaria da Educação serão ampliados contando com a participação efetiva dos docentes da comunidade escolar e pais de alunos”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo educacional de Segundo Grau no Brasil durante a Ditadura Militar ficou mais acessível à população do que era antes. Porém a educação, recebiam muito poucos recursos, assim não se tinha um ensino de qualidade. Por outro lado, também eram poucos os interesses por parte daqueles que estavam no poder em ampliar recursos de modo a trazer benefícios qualitativo no campo educacional para a população. Havia dentro do ensino um interesse por disputa pelo poder, em manter-se o distanciamento entre a elites e os menos favorecidos. O ensino de Segundo Grau possuía 4 anos de duração, se dividindo em um modelo direcionado para curso de formação geral e para a formação técnica onde a formação técnica que se destinava aos menos favorecidos financeiramente e estudantes das escolas públicas, e o modelo de formação geral o qual ficava mais a cargo das escolas privadas que destinava maior carga horário para a formação geral e menor para o ensino técnico ou até mesmo não o oferecia o modelo de ensino, as instituições sendo elas públicas ou privadas, escolhiam os cursos quais cursos profissionalizantes poderiam ofertar, o modelo educacional possuía a visão do objetivo do ensino de Segundo Grau ser mais para a profissionalização. Deste modo os alunos já eram selecionados de acordo com o meio e origem social o qual pertencia não tendo uma estrutura educacional para continuar os estudos. Finalizavam o Segundo Grau e já recebiam o certificado profissionalizante lhe concedendo o direito de já poder ingressar no mercado de trabalho. Era um modelo de educação mecanizada, manipulada com interesse próprios, privilegiava a oferta do ensino técnico de acordo com a necessidade regional obtendo assim mão de obra necessária.

O modelo educacional direcionado pela ditadura, trouxe melhorias para o ensino que eram manipuladas que não deixava de fixar interesse de uma minoria elitizada, que estavam no poder e desejavam permanecer no poder, não abrindo assim espaço para o despertar emponderado da mente dos cidadãos e iam os direcionando a essa manipulação por meio do ensino, com mais vagas nas escolas a sendo considerados como bons propulsores da educação, educação essa que apesar das mudanças mantinha o modelo mecanizado em sua base estrutural, colocaram

disciplinas aos moldes de formação de cidadãos direcionado aos seus interesses, em nome de privilegiar a educação.

Atualmente o modelo educacional, ensino de nível médio que equivale ao antigo Segundo Grau, possui 3 anos de duração, deixou de se valorizar mais o ensino técnico. Porém não está tendo ainda sentido prático na vida dos alunos, oferecendo condições para que os estudantes saíam com um ensino construtivo não mecanizado. A LDB (1996) atual propõe que as escolas sejam autônomas, livres para construir o melhor currículo, o que na verdade não está acontecendo. Poucas são as escolas as quais tentam aproveitar essa liberdade, mas a educação ainda é vista como um dos meios para se forma a maior parte dos cidadãos com mentes manipuláveis. Ou seja, o currículo escolar acaba sendo formatado como se fosse uma decisão a agradar os interesses daqueles que estão ou pretendem aos poucos ganhar forças para esta no poder com o apoio da população. Não se deixa dúvidas de que é através da educação que é decidido o tipo de cidadãos a serem formados. Então isso se é pensado com antecedência, na preparação dos alunos, futuros cidadãos.

O modelo educacional adotado não está se importando tanto com o tipo de aluno que seguem seus estudos - aqueles que saem do ensino básico em direção ao ensino superior. Hoje a maioria das pessoas pensam em fazer o ensino superior, tem que ser um doutor e se quer se lembram da necessidade de uma boa qualidade da educação a qual recebem em sua base estrutural. O modelo atual aproveita esse pensamento em sua forma de aplicação do ensino, não se preocupando tanto com o conhecimento a ser transmitido. A educação de qualidade sempre acaba aparecendo nos discursos de políticos como sendo uma prioridade, apoiando-se do lado socioemocional da sua população, principalmente dos pais que querem ver seus filhos formados.

O projeto de militarização do ensino público ganha força cada vez mais no Brasil, aumentando através do PECIM e do o processo de militarização da gestão das escolas. Usando como argumento a qualidade da Educação a ser ofertada, o processo de seleção dos alunos, tendem a ser bastante concorrido. São selecionados aqueles que são considerados os melhores alunos, com melhores capacidades intelectuais. Os que não se adaptam acabam transferidos. Não se observam as reais condições das outras escolas públicas. Não é assim tão preciso, os seus benefícios,

levando a inferir de que os bons resultados dos seus alunos estão relacionados a uma estrutura com privilégios que podem trazer resultado melhores para esse modelo implantado e não a sua forma de gestão. O modelo militarizado usa o elemento de disciplina para se obter resultados com seus alunos, não se relacionado diretamente à qualidade do ensino, ao raciocínio, à perspectiva crítica e ao diálogo, mas direcionando-os a um modelo em que o professor fala e os alunos obedecem ao que está sendo dito, disciplinados e recompensados, retomando os métodos já experimentados durante a Ditadura Militar.

Por fim, por meio dessa análise comparativa entre a educação na Ditadura Militar e a militarização que ocorre na atualidade, percebemos que, enquanto presentes nas principais funções do Estado e exercendo o poder de forma autoritária, os militares conseguiram impor à educação nacional inúmeros elementos de sua ideologia. Este domínio militar sobre a política estabeleceu também um domínio sobre a Sociedade por meio dos processos de formação que atingiram mais de uma geração de brasileiros. Hoje, afastados da gestão da educação ou com poder limitado sobre o Estado, os militares buscam implementar sua ideologia de forma pontual no modelo educacional. O que na Ditadura era um projeto amplo, na atualidade é construído como um modelo de diferenciação, como se a educação militarizada buscasse reconquistar um espaço perdido demonstrando uma pretensa superioridade expressa por meio das escolas cívico militares. Mais que um projeto educacional, a educação na Ditadura Militar e a militarização da educação na atualidade respondem a um projeto de poder e de imposição do domínio deste grupo sobre a Sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARTUR DA COSTA E SILVA | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva>>. Acesso em: 27 jan. 2023.

ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos.** Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 320-339, jul./dez. 2012

BELUZO, Maira Ferreira; TONIOSSO, José Pedro. **O Mobral e a alfabetização de adultos:** considerações históricas. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro - SP, 2 (1):196-209, 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; lei 9.394/96. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 5692 de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União-Seção 1-12/08/1971, Coleção, Leis do Brasil-1971,

BRASIL. ATO INSTITUCIONAL Nº 4, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1966. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: Disponível em: <[https://ait-04-66 \(planalto.gov.br\)](https://ait-04-66.planalto.gov.br)> Acessado em 23 de novembro de 2022.

CARVALHO, Celso; Eccos revista CIENTIFICA, São Paulo, v. p, n.2, p 369-385, jul /dez.2007

CERQUEIRA, Aliana Giorgia carvalho; CERQUEIRA, Aline Carvalho; SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. **A trajetória da LDB:** Um olha crítico frente a realidade brasileira: Disponível em <[http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/aliana\\_georgia\\_carvalho\\_cerqueira](http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/aliana_georgia_carvalho_cerqueira)>.

CHUEIRI, Vera Karam de; CAMERA, Heloísa Fernandes. **(Des)ordem constitucional: engrenagens da máquina ditatorial no Brasil pós-64**: Lua Nova, São Paulo, 95: 259-288, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Governo João Goulart e o golpe de 1964**: Memória, história e historiografia; Ed. Unicamp, 2009

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **A Ditadura Militar e a proletarização dos professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006: Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. **Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar** • Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008: Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Getúlio Dornelles Vargas | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: < Getulio Vargas (fgv.br) - ([https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio Vargas.pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Getulio%20Vargas.pdf)) >. Acesso em: 25 jan. 2023.

GHIRALDELLI JR. Paulo; **História da educação brasileira**, Ed. Cortez, 4ª edição, São Paulo 2009.

HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Disponível em: < <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco> >. Acesso em: 27 jan. 2023.

JOAO BELCHIOR MARQUES GOULART | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Disponível em: < <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-belchior-marques-goulart> >. Acesso em: 25 jan. 2023.

Juscelino Kubitschek | JK CPDOC (fgv.br). Disponível em: < Juscelino Kubitschek | JK CPDOC (fgv.br) - <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/juscelino-kubitschek> >. Acesso em: 25 jan. 2023.

LAPA, JOSÉ ROBERTO DO AMARAL. **A Primeira República: Dimensões Fatais**. **Revista de História**, [S. l.], v. 48, n. 97, p. 243-253, 1974. Disponível



em:<https://www.revista.usp.br/revhistoria/article/view/132140>. Acesso em: 25.jan. 2023.

LEMME, Paschoal; **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a educação militar (1964-1985)**: Um espaço de disputas <Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense UFF, Niterói março de 2010.

MACHADO, Otávio Luiz. **O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e repressão ao movimento estudantil no Brasil**. Revista eletrônica Cadernos de História publicação do corpo discente do Departamento de História da UFOP Ano I, n.º2, setembro de 2006. [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)  
[ISSN 19800339](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**; Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009: Disponível em <[http:// www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>

Melo Francisco Egberto de. **O ensino de estudos sociais, emc e ospb e a resignificação da cultura cívica nacional nas práticas escolares em escolas de fortaleza durante o regime militar**. ANPUH – xxiii simpósio nacional de história – londrina, 2005.

**Método, técnicas e procedimentos da pesquisa**: Disponível em <<https://www2.dbd.puc-rio.br/https://www2.dbd.puc-rio.br/>>

PASCOAL RANIERI MAZZILLI | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br). Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pascoal-ranieri-mazzilli>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PEREIRA, W. **EDUCAÇÃO NO ESTADO MILITAR (1964-1985)**. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 6, p. 1942-1951, 2006. Disponível em: <[http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008\\_2/textos/educacao\\_regime.pdf](http://www.lo.unisal.br/nova/sala2008/sala2008_2/textos/educacao_regime.pdf)>

PORTARIA Nº 40, DE 22 DE JANEIRO DE 2021; diário oficial da união Publicado em: 25/01/2021 | Edição: 16 | Seção: 1 | Página: 99

PORTARIA DO - MEC nº 1.071 de 24 de dezembro de 2020; Ministro de estado da educação, Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2009 Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás, Unidade Ayrton Senna

RODRIGUES, Samuel de Oliveira. **A lei de diretrizes e bases da educação nacional de 1971**: o ensino médio no contexto autoritário da Ditadura Militar (1964-1985); Ver. Eletronica, LENPES- PIBID. Edição Nº. 2, Vol. 1, jul-dez. 2012.

SANTOS, Andréa Pereira dos; Barbosa, Walmir. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos do IFG**: Instituto Federal de Goiás, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**; 3º ed. Rev. Campinas, São Paulo: Autores associados 2010

SCHINKE, Vanessa Dorneles. **O papel da escola superior de guerra na sustentação do regime autoritário brasileiro**; Rev. Direito e Práxis, Rio de Janeiro, Vol. 10, N.03, 2019, p. 1955-1980.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 199

SEAWRIGHT, Leandro. **Batistas Na Era Vargas: Da Revolução De 30 Ao Proscênio Do Estado Novo**. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS, Brasil. História (São Paulo), v.41, e2022025, 2022. Disponível em: < Revista História (São Paulo), 2021 (scielo.br)> Acesso em: 25.jan. 2023.

ZAPPAROLI, Irene Domenes. **Entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico**. XXIII simpósio nacional de história – londrina, 2005.

# Documento Digitalizado Público

## Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

**Assunto:** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final  
**Assinado por:** Matheus Souza  
**Tipo do Documento:** Documentos  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 21/03/2023 19:58:59.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/03/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 406087

**Código de Autenticação:** 57220e64ec

